

A POLÍTICA DE UM NOVO GOVERNO DEVERÁ VIRAR-SE FUNDAMENTALMENTE PARA A RESOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DOS PROBLEMAS NACIONAIS

A resolução dos problemas nacionais, nomeadamente os económicos e financeiros; uma prática governativa que evite levar a cabo uma política agressiva e seja, pelo contrário, moderadora dos mais graves conflitos nacionais; a rectificação — na base do respeito pelos limites entre as várias formações económicas — dos aspectos mais negativos da actuação dos últimos Governos constituem bases essenciais para uma acção democrática e patriótica de um novo Governo.

Pág. 3



HIROSHIMA



Pág. 12

A situação dos Tribunais de Trabalho ilustrada pelas traças em Almada

Um relatório da União dos Sindicatos de Setúbal revela a crítica situação em que se encontram os Tribunais de Trabalho e propõe uma série de medidas para que cumpram minimamente a sua função.

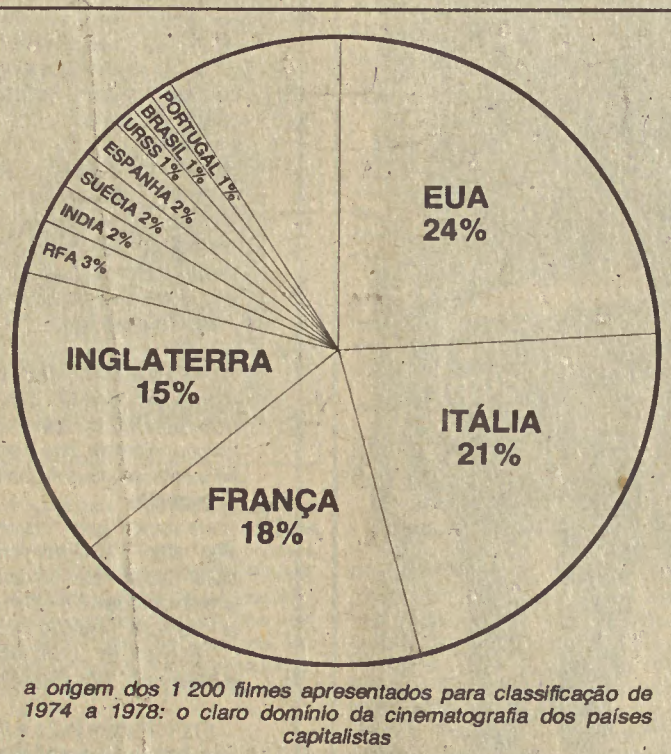
Pág. 4

QUE SE PASSA EM ÉVORA
COM A DEMISSÃO
DOS VEREADORES DO PS?
Conferência de Imprensa da APU

Pág. 8

O PCP DENUNCIA O ATAQUE À SEDE PS NOS AÇORES

«A impunidade com que a reacção actua nos Açores e na Madeira, perante a passividade cúmplice dos governos regionais reaccionários do PPD, cujas declarações e tomadas de posição constituem frequentemente um estímulo ao uso da violência reaccionária, quando não um incitamento directo, como foi o caso de declarações recentes do chefe do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, destacado dirigente do PPD/Sá Carneiro» — Pág. 2



Que filmes vêm os portugueses?



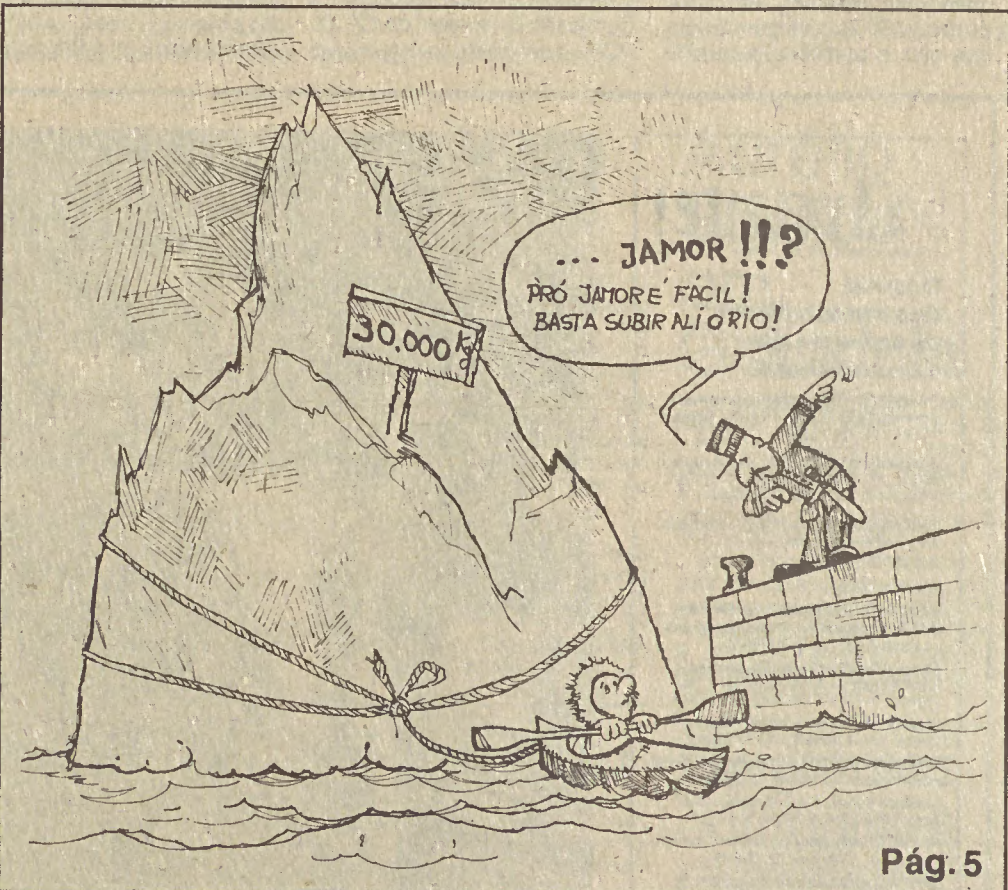
O Pavilhão dos Desportos encheu-se para o sorteio da 2.ª série de brindes da EP

Págs. 3/5



Sábado e Domingo passados no Jamor foi assim. Nos próximos também!

FALTAM SÓ 28 DIAS!



Pág. 5

30 toneladas de gelo já encomendadas para a Festa!

Os números da Festa
—falam os camaradas
dos abastecimentos

Editorial

GOVERNO CONSTITUCIONAL: POLÍTICA MODERADORA E NÃO AGRESSIVA

A crise governativa, com a sua incontestável gravidade, é a expressão parcelar, a nível dos órgãos do Poder, de uma crise mais vasta e profunda que afecta duramente toda a vida portuguesa na hora actual.

Trata-se, como frequentemente temos sublinhado, de uma crise política, económica, social e cultural, que o é não por excessos de adjectivação do PCP mas pela sua natureza intrínseca e pelas suas manifestações concretas.

Significa isto que os trâmites constitucionais para a solução da crise governativa — designação de um primeiro-ministro indigitado pelo Presidente da República; constituição de uma nova equipa governamental; definição da sua prática política (e não apenas do seu programa) — não podem separar-se da ponderação criteriosa e objectiva dos aspectos mais gerais da crise actual.

O País tem absoluta necessidade de sarar as suas feridas, precisa com urgência de encetar com segurança e confiança um longo e penoso caminho que conduza de facto à estabilização económica e financeira e à superação das suas dificuldades actuais; o nosso Povo necessita imperiosamente defender e consolidar as suas conquistas democráticas e de construir em paz e liberdade o seu futuro independente e feliz, e nada disto poderá efectivar-se se não forem claramente determinados e decisivamente anulados os factores que estão na base da difícil situação criada.

★ ★

Na verdade, vários factores se interpenetram no surgimento e no avolumar da crise. Quais são esses factores, como eliminá-los no momento actual?

O primeiro é a herança do passado fascista, a herança de um regime odioso que o 25 de Abril liquidou — uma pesada herança de exploração monopolista e latifundiária, de feroz opressão e guerras coloniais, de miséria e subdesenvolvimento material e cultural, de completa submissão ao imperialismo;

O segundo é o trabalho de sapa das forças que perderam o poder político em 25 de Abril de 1974, a sua acção sabotadora e desagregadora nos planos económico e financeiro, as suas

campanhas de desestabilização política, social e militar, a sua constante acção subversiva contra o regime e as instituições democráticas;

O terceiro, e principalmente, é a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos três governos anteriores, designadamente do Governo do PS sozinho e do Governo de coligação PS/CDS.

O quarto são as repercussões na nossa vida nacional da crise geral do sistema capitalista mundial, cujos ciclos se contraem cada vez mais e cujos efeitos devastadores são cada vez mais profundos e insanáveis;

O quinto, são as pressões de toda a ordem do imperialismo contra a jovem democracia portuguesa;

★ ★

A eliminação destes factores requer um novo governo e uma nova política num sentido democrático e patriótico.

A delicadeza e os perigos da situação nacional actual não comportam, porém, novos agravamentos das tensões sociais e políticas motivados por decisões e comportamentos irreflectidos, quer a nível dos órgãos do Poder quer das forças democráticas. Só conspiradores da extrema-direita e os inimigos da democracia e da Revolução podem ter interesse no empolamento artificial dos conflitos no momento actual.

A posição do PCP é clara e conhecida. O PCP preconiza uma solução da crise governativa no quadro da Constituição e das instituições democráticas; a necessidade da formação de um governo que desfrute de apoio parlamentar, dirigido por uma personalidade, preferentemente civil e do PS, que não suscite à partida contestações irredutíveis; de um governo que conduza uma política clara, moderadora dos conflitos mais graves da sociedade portuguesa, virado fundamentalmente para a solução dos problemas nacionais.

A um tal governo, seja de legislatura ou de gestão, a exigência de não levar a cabo uma política agressiva tendente à modificação da propriedade ou da posse dos meios de produção, completa a formulação de uma via de rectificação prática dos aspectos mais negativos da política dos três últimos governos, de respeito pelos

limites das formações económicas existentes e de acautelamento efectivo das conquistas fundamentais da Revolução.

O tempo e a prática da vida institucionalizaram progressivamente as grandes transformações políticas, económicas e sociais produzidas na sociedade portuguesa e consagradas na Constituição da República.

Interromper este processo, tentar anular por métodos violentos ou anticonstitucionais os avanços democráticos do nosso Povo no decurso da sua luta plena de sacrifícios, criaria no País uma situação altamente perigosa e grave, de consequências incalculáveis para a estabilidade económica, social e política do País. As forças democráticas que pactuassem com uma tal política assumiriam perante o nosso Povo uma grave responsabilidade histórica.

★ ★

Uma política moderadora dos conflitos mais graves da sociedade portuguesa significaria o impedimento de quaisquer projectos de levar de novo às terras heróicas da Reforma Agrária do Alentejo e do Ribatejo o clima de guerra civil criado por Barreto & C., significaria que não se pode dar luz verde para o esmagamento económico e social dos pequenos e médios rendeiros do Norte, do Centro e do Sul do País e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira pelos senhorios ricos ao abrigo da lei do arrendamento rural do PPD/PSD.

A renúncia a uma política agressiva tendente à modificação violenta da propriedade ou da posse dos meios de produção implica — sem prejuízo das garantias e estímulos a todo o sector privado — a defesa do sector público e nacionalizado e do sector cooperativo, a adopção de medidas económicas e de apoio financeiro para o seu fortalecimento e subsistência e simultaneamente, como completamente necessário desta política, a garantia efectiva dos interesses dos pequenos e médios empresários industriais, comerciantes e agricultores ameaçados de falência e ruína pela brusca redução dos créditos e o aumento exorbitante da taxa de juro assim como dos factores de produção.

A exigência de uma política não agressiva envolveria ainda a defesa e elevação das condições de vida dos trabalhadores e das

classes e camadas médias da população, a adopção de medidas práticas para a redução gradual e tão acelerada quanto possível do desemprego, a aplicação de uma política de austeridade que não represente o apertar ainda mais do cinto para os trabalhadores e a folgança e protecção para os mais ricos e abastados.

★ ★

A indigitação de um primeiro-ministro, que hoje poderá ser anunciado ao país pelo Presidente da República, não anula o carácter precário do futuro governo.

Se esse futuro governo em razão da sua composição e da sua política, não dispusesse de apoio parlamentar colocar-se-á inevitavelmente o último recurso para uma solução democrática — a realização de eleições gerais antecipadas.

A promulgação de uma nova lei eleitoral e a realização de um novo recenseamento eleitoral colocar-se-iam então como tarefa urgente das forças democráticas.

Em tal caso um governo teria de assegurar os negócios correntes do Estado e preparar condições democráticas para o acto eleitoral.

O PCP considera que na hipótese de formação de um governo de gestão as suas funções devem ser rigorosamente delimitadas e com maior exigência ainda nenhuma medida política de fundo, susceptíveis de grandes alterações ou de acesas polémicas, devem ser postas em prática por um tal governo.

O PCP aguarda com serenidade a comunicação ao País do Presidente da República. As atitudes irresponsáveis e aventureiras dos grupúsculos esquerdistas contribuem objectivamente para adensar as manobras desestabilizadoras da extrema-direita.

A unidade de todos os democratas e patriotas portugueses e em primeiro lugar de comunistas e socialistas é um imperativo da hora presente. O PCP está, como sempre esteve, aberto ao diálogo e às negociações com todas as forças democráticas para uma solução constitucional e patriótica da crise.

Nenhuma oportunidade deve ser desprezada para a aproximação e entendimento de todos os que anseiam arrancar Portugal da crise e preservar a democracia e a liberdade do Povo português.

Ramon Tamenes e a política do PCP

No seio do movimento comunista internacional é normal que surjam diferenças de opinião e mesmo divergências sobre questões e problemas diversos.

Para as debater e solucionar os partidos comunistas e operários têm formas próprias, norteadas pelos princípios do internacionalismo proletário e da amizade, fraternidade e solidariedade recíprocas entre os partidos irmãos.

Na sua actuação concreta o PCP tem-se cingido e cinge-se rigorosamente a estas normas de relações, tem sempre actuado e actua no mais completo respeito pela autonomia e independência dos outros partidos, pela não

ingerência na sua política, pelo direito de cada partido de definir a sua própria linha política e tática. Para os comunistas portugueses esta é a via para o constante melhoramento e reforço dos laços entre partidos irmãos.

Dentro destas coordenadas, o PCP ainda recentemente tornou públicas as conversações com o Partido Comunista de Espanha e o respectivo calendário para a normalização de relações entre os dois partidos.

No último domingo, porém, na emissão do seu programa "O dito e o feito", a RDP fez uma entrevista com Ramon Tamenes Gomez, membro da Comissão Executiva do CC do PCE, acerca do alargamento

da CEE à Grécia, Espanha e Portugal.

São suficientemente conhecidas as discordâncias do PCP e as suas razões quanto à integração de Portugal no Mercado Comum. Ramon Tamenes respondeu à RDP de uma maneira que, além de inamistosa para com os comunistas portugueses, constitui uma grosseira deformação e uma inadmissível ingerência na política do PCP.

Tais deformações e ingerências são tanto mais deploráveis quando é certo que o PCP, alvo preferido das campanhas caluniosas da reacção, se empenha neste momento com todas as suas forças numa solução democrática e patriótica para

a actual crise política em que o País se debate.

Atitudes como a de Tamenes são incompatíveis com o espírito das conversações e acordos entre o PCE e o PCP, não facilitam, mas pelo contrário complicam as actuais dificuldades para a desejável normalização das relações entre os dois partidos irmãos, tal como o exigem os interesses superiores da classe operária e dos povos de Espanha e Portugal.

Os comunistas portugueses desejam o melhoramento das relações com os comunistas espanhóis, cuja mútua amizade tradicional tem fundas raízes, mas não podem transigir com métodos e práticas em absoluto reprováveis.

A morte de Paulo VI

Faleceu ao fim da tarde do passado domingo, na sua residência de Verão de Castelgandolfo, o Papa Paulo VI, vitimado por uma crise cardíaca.

Paulo VI, que durante 15 anos foi o mais alto dignitário da Igreja Católica Romana, foi escolhido em 1963 para suceder ao Papa João XXIII e foi já no decorrer do seu pontificado que se realizou o Concílio do Vaticano II, para o qual o seu antecessor tanto trabalhou.

Face à morte do Papa Paulo VI, o camarada Aurélio Santos membro do Comité Central do PCP, expressou no início da

semana a um matutino da capital a posição dos comunistas portugueses.

Como se compreenderá, não nos cumpre emitir, neste momento, um juízo global sobre o significado da acção de Paulo VI à frente da Igreja Católica e sobre a sua repercussão na nossa época.

Mas parece-nos justo sublinhar que se não pode ser indiferente ao facto de, em diversas ocasiões e perante numerosos problemas, Paulo VI se ter pronunciado positivamente em favor da aproximação e cooperação entre os homens, em favor do diálogo

entre as grandes forças e correntes do mundo contemporâneo como pedra angular da luta pela paz, em favor das negociações como forma de resolver os conflitos internacionais e afastar o espectro de novas guerras generalizadas e de dramáticas e fatais consequências para toda a humanidade.

Estes são motivos bastantes para que — certamente em sintonia com as esperanças dos católicos portugueses e com as vivas aspirações dos muitos militantes do PCP que são católicos — possamos formular o voto de que na

sucessão de Paulo VI encontre a Igreja Católica e a comunidade cristã a ocasião de afirmar a sua contribuição para o triunfo das grandes aspirações de liberdade, progresso, justiça social e de paz que, independentemente das opções religiosas, são património comum de toda a humanidade.

No momento em que a morte de Paulo VI enluta a Igreja Católica, expressamos aos católicos portugueses a nossa compreensão e respeito pelos sentimentos de pesar que este acontecimento suscita.

Nota sobre o terrorismo nas Regiões Autónomas governadas pelo PPD

1. Na sequência de uma longa série de acções terroristas, atentados bombistas e outras violências verificadas nos Açores — e de que há a registar, como casos mais recentes, o rebentamento de uma armadilha montada numa bandeira da organização separatista "FLA", uma acção de fogo-posto contra uma empresa, a destruição de uma viatura de um militante socialista, provocações, agressões e outras formas de intimidação contra o exercício do direito à greve por parte de trabalhadores da Marinha Mercante — registou-se agora em Ponta Delgada mais um atentado bombista, este visando a sede local do Partido Socialista.

O PCP, que por experiência própria sabe bem o que significam o ódio, a intolerância e os métodos terroristas dos fascistas, manifesta a sua inteira solidariedade às forças vítimas dos constantes atentados e agressões que se verificam nos Açores e, neste caso concreto, ao Partido Socialista.

2. O PCP denuncia a prática continuada e impune de actos de terrorismo com que a reacção ameaça a tranquilidade e a segurança dos cidadãos, desrespeita e procura liquidar a ordem democrática, tenta impedir o exercício das liberdades e direitos constitucionais e intervém, por meios criminosos, na situação política.

O PCP denuncia a impunidade com que a reacção actua nos Açores e na Madeira, perante a passividade cúmplice dos governos regionais reaccionários do PPD, cujas declarações e tomadas de posição constituem frequentemente um estímulo ao uso da violência reaccionária, quando não um incitamento directo à prática da violência, como foi o caso de declarações recentes do chefe do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, destacado dirigente do PPD/Sá Carneiro.

3. Os atentados agora verificados nos Açores continuam a longa série de violências com que

a reacção fascista e fascizante tenta manter em certas regiões do território nacional, e em particular nos Açores e na Madeira, uma situação antidemocrática, à margem da legalidade democrática e contra ela.

O PCP considera que o clima de intolerância e violência reaccionária que se vive nas regiões autónomas governadas pelo PPD, são o exemplo vivo e acabado do projecto que a reacção alimenta em relação a todo o território nacional: impedir pela força bruta e que não olha a meios o exercício das liberdades, como forma de manter os privilégios dos exploradores do nosso povo e entregar o nosso país aos interesses económicos e estratégicos do imperialismo.

4. A legalidade e as liberdades democráticas estão consagradas na Constituição que é lei para todo o território nacional. O PCP reclama uma vez mais sérias medidas no sentido de ser garantido em todo o território o exercício das liberdades e o primado da legalidade democrática.

A maior força da reacção é a impunidade com que tem podido actuar. O PCP reclama uma vez mais medidas efectivas contra o terrorismo e a punição dos seus executores e patronos políticos.

Há que opor aos projectos da reacção e aos seus processos criminosos de actuação a unidade e a determinação combativa de todos os democratas. O PCP exorta todos os democratas e patriotas a unirem forças no sentido de travar os intentos da reacção, defender as liberdades e as outras conquistas da democracia portuguesa.

Lisboa, 7 de Agosto de 1978

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sôculo, 80 — Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora. Tel. 25361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa. Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 41797. Compósito e Impressão na Hestia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Julho: 79 496



O Partido na crise

A sequência das declarações e dos factos, que medeia entre a comunicação ao país do Presidente da República, em 1 de corrente, e a reunião do Conselho da Revolução na última terça-feira, esclarece um aspecto assinalável da crise governamental: a constância, a coerência e a firmeza democrática das posições do PCP.

Ao assinalar o carácter positivo da afirmação do Presidente da República, segundo a qual «a crise política só encontrará solução na democracia e na prática integral das suas regras», o PCP foi a primeira força política a anunciar publicamente que a confirmação desse propósito não permitiria que a crise do Executivo fosse utilizada contra a Constituição e contra as instituições democráticas.

Aberto ao espírito construtivo das hipóteses apresentadas pelo Presidente da República, o PCP fez valer durante a crise outro aspecto da sua política de sempre: a unidade de todos os democratas. Em 2 de corrente, na Televisão, o camarada Álvaro Cunhal sublinhava mais uma vez o apelo à unidade de todos os que «querem assegurar as liberdades e a democracia». E entre eles destacava os comunistas e os socialistas, cuja unidade considerava, em qualquer caso, essencial.

Enquanto a direita se dividia e o PPD abandonava a fórmula sub-reptícia do «governo de salvação nacional», por não contar com o apoio do PS e do CDS, o secretário-geral do PCP reafirmava, em 4 de corrente, depois de um encontro com o Presidente da República, a necessidade de estabilizar a situação democrática através de um governo que tranquilizasse o nosso povo e lhe desse confiança nas forças democráticas.

Subjacente ou expressa em todas as afirmações do PCP para a resolução da crise no respeito pela Constituição estava e está a recusa de considerar, venha de onde vier, o afastamento do nosso Partido da participação na busca de soluções para o novo Governo e das responsabilidades que nesse campo lhe cabem como partido democrático com forte representação na Assembleia da República.

Independentemente da fórmula governamental encontrada, com os comunistas ou sem eles, para a resolução da crise, o PCP teve e tem sempre a sua palavra e o seu lugar que, no respeito pelas liberdades democráticas e pela Constituição, ninguém, em palavras ou em actos, tem autoridade e legitimidade para lhe negar.

Só os que nunca desistem de substituir a estabilidade democrática pela repressão contra os trabalhadores organizados e contra as formas que legitimamente os representam é que sonham em afastar o PCP das responsabilidades que os trabalhadores lhe atribuem em toda a vida política nacional. E esses não são democratas. Nem com eles se pode contar para uma solução democrática da crise.

A «estabilização da situação democrática» à qual o camarada Álvaro Cunhal se referiu, depois de se verificar a impossibilidade de um acordo interpartidário, não é incompatível com a «mediação presidencial» através da designação de um primeiro-ministro incumbido da formação de um governo assente na fórmula de apoio parlamentar sem coligação.

Mas dentro da segunda hipótese apresentada pelo Presidente da República no seu discurso de 1 de corrente não poderá caber, como sublinharia Álvaro Cunhal, «qualquer política agressiva» do próximo Executivo, que tendesse a modificar «o estado actual das formações económicas» definidas na Constituição. O próximo Executivo deve ser «um moderador dos mais graves conflitos».

Daí ressalta mais uma vez a necessidade de contar com a unidade dos democratas e, dentro dela, com a unidade entre socialistas e comunistas, cuja aproximação o camarada Álvaro Cunhal considerou como «movimento irrevirível na sociedade portuguesa».

Que a solução da crise vá inteiramente no sentido da estabilidade democrática e da defesa da Constituição é o que podem desejar a coerência e a firmeza democráticas, que têm sido uma constante das posições do PCP para resolver a crise governamental.



Dias Lourenço na Marinha Grande, Jaime Serra em Setúbal, Carlos Brito no Pavilhão dos Desportos: a posição do PCP face à actual situação política



Milhares de pessoas no Pavilhão ouviram o camarada Carlos Brito e viram o filme «Festa do Avante 1977»

Uma grande festa popular — no âmbito do conjunto de realizações preparatórias da Festa do «Avante!» — que integrou uma intervenção política do camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, a estreia do filme dedicado à Festa do «Avante!» de 1977, um espectáculo de Canto Livre e o 2.º Sorteio das EPs, levou na noite da passada sexta-feira milhares de pessoas ao Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

Na sua intervenção, o camarada Carlos Brito começou por recordar o grande êxito da realização, no ano passado, da Festa do «Avante!» para depois, interpretando o significado do número de EPs que, a pouco menos de um mês da Festa do «Avante!» de 1978 já foram vendidas (mais de 50 mil), sublinhar a afirmação da crescente influência do PCP nos vários sectores da vida nacional.

Analisando seguidamente a actual situação política, o camarada Carlos Brito falou da recente queda do Governo PS/CDS, tendo afirmado nomeadamente: **O Governo PS/CDS caiu, criou uma**

situação perigosa, mas é um governo que não deixa saudades.

Depois de ter acentuado que, no entanto, não é altura de se adensarem conflitos no campo democrático, o camarada Carlos Brito sublinhou que era necessário reunir para defesa da democracia todos aqueles que estão empenhados em defendê-la.

Depois de ter considerado perigoso o facto de não haver uma perspectiva clara sobre a superação da crise, pelo aproveitamento que dela têm estado a fazer as forças que a provocaram, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP precisou que se impõe actuar com grande iniciativa, procurando nomeadamente concretizar uma solução rápida que ponha termo à crise e adoptar as medidas necessárias para consolidação da democracia.

O camarada Carlos Brito, na sua intervenção, acentuou ainda a justeza dos alertas do PCP, sublinhando particularmente que a tendência para ceder à direita

acabou por pôr em perigo as conquistas da Revolução. A este respeito, Carlos Brito classificou a actuação do CDS no Governo como **Caçula de Tróia**, tendo acrescentado que este partido a determinado momento que julgou oportuno, surgiu com a cara verdadeira de um partido reaccionário.

A propósito das hipóteses que o Presidente da República apresentou ao País na sua comunicação da passada semana, o dirigente do PCP afirmou: **O campo das soluções, como foi delimitado pelo Presidente da República, dá todas as perspectivas para que os partidos democráticos e de esquerda desenvolvam grande iniciativa, para aclarar e explorar as diferentes propostas e concretizar uma solução que sirva os interesses da democracia e as conquistas da Revolução de Abril.**

Ao reafirmar a posição de que não é altura de se adensarem os conflitos entre as forças democráticas, o camarada Carlos Brito salientou que para uma solução são necessários

o Partido Socialista e o Presidente da República.

Mais adiante, Carlos Brito referiu-se ainda à **necessidade de resguardar o órgão que é a Presidência da República.** O dirigente do PCP criticava deste modo a eventual intervenção do Presidente da República nas responsabilidades do governo e na acção governativa corrente, tendo sublinhado a este respeito:

Só os que querem desacreditar as instituições democráticas, aparecem empenhados em fazer intervir o Presidente da República.

O mundo numa festa, a festa num filme!

Ao anteceder a intervenção política proferida pelo camarada Carlos Brito, os milhares de pessoas que esgotaram a lotação do Pavilhão dos Desportos tiveram a oportunidade de assistir à exibição de um filme de 35 mm, a cores, com a duração de 45 minutos, intitulado **Festa do «Avante!» 1977.**

A pouco menos de um mês da Festa do «Avante!» de 1978, todos os presentes viraram os

inesquecíveis dias 9, 10 e 11 de Setembro de 1977, quando o imenso Vale do Jamor foi transformado numa cidade de alegria, de fraternidade, de convívio, de solidariedade, de confiança no futuro do nosso País.

O filme foi entusiasticamente recebido pela assistência em virtude não só do significado das imagens que iam desfilando pelo «ecran» à velocidade de 24 fotogramas por segundo, mas também da qualidade e da fidelidade com que essas imagens iam aparecendo.

Com efeito, os milhares de pessoas presentes no Pavilhão dos Desportos viraram a Festa do «Avante!» do ano passado, viram agora à distância o gigantesco trabalho para erguer a Festa; alguns reconheceram-se aqui e ali executando esta ou aquela tarefa nas grandes jornadas de trabalho voluntário; puderam novamente apreciar os espectáculos que constituíram um acontecimento impar no panorama cultural e artístico do nosso país; percorreram à velocidade de um olhar toda a imaginação exposta nos «stands», nos pavilhões, nos

mais variados recintos; escutaram e aplaudiram outra vez as partes mais significativas do grande comício do Vale do Jamor em que participou o camarada Álvaro Cunhal.

É isto tudo o filme Festa do «Avante!» 1977. E de tal maneira que bem pode dizer-se que os 45 minutos da passada sexta-feira no Pavilhão dos Desportos constituíram a ponte de ligação entre a Festa do passado ano e que este ano vai ter lugar nos dias 8, 9 e 10 de Setembro no mesmo local.

Depois da intervenção política do camarada Carlos Brito, procedeu-se ao 2.º Sorteio das EPs (cuos resultados publicamos noutro local) e, a seguir, realizou-se uma sessão de canto livre que contou com a presença de Adriano Correia de Oliveira, José Jorge Letria, Samuel e Manuel Branco (que disse alguns poemas). A determinado momento e tendo-se verificado que, entre a assistência, se encontrava o artista moçambicano Virgílio Massingue, foi o mesmo convidado a subir ao palco onde declamou um poema.

Dias Lourenço na Marinha Grande

Na Marinha Grande e com a presença de mais de 300 pessoas realizou-se, na passada sexta-feira, uma sessão de esclarecimento do PCP que contou com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Num ambiente muito interessado fez uma exposição sobre a actual situação política, na qual, à luz das conclusões da reunião do CC de 29 de Julho, abordou a questão da crise provocada pela operação-chantagem do CDS, realçando os perigos que daí advêm para o regime democrático e a necessidade de todos os democratas estarem atentos às manobras de destabilizadoras e provocatórias que as forças reaccionárias possam desencadear nos próximos tempos.

Sublinhando que as possibilidades de uma solução

democrática no quadro constitucional continuam a existir, o camarada Dias Lourenço salientou que nenhuma solução poderá viabilizar-se sem a participação dos trabalhadores e do seu partido de classe — o PCP — ao mesmo tempo que põs em destaque o papel fundamental que na solução da crise cabe à Assembleia da República, como órgão de soberania mais representativo das instituições democráticas.

No período de perguntas, que surgiram em grande quantidade e revelando o vivo interesse da assistência pela situação de crise que o país atravessa, o camarada Dias Lourenço teve ainda oportunidade de esclarecer melhor a posição do PCP, salientando a necessidade de unidade entre todos os democratas e patriotas, entre comunistas e socialistas.

Campanha dos 1200 contos: Piquenique em Caneças jornada no Jamor

Em Odivelas, os camaradas prepararam activamente a festa do próximo dia 20 deste mês em Caneças, a realizar no Parque das Fontainhas (junto às fontes). Esta realização integra-se no conjunto de iniciativas que a Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP tem vindo a promover no âmbito da Campanha dos 1 200 contos para o novo Centro de Trabalho do Partido naquela localidade.

A abertura da festa ocorrerá às 9 horas da manhã, podendo quem ali se deslocar — os camaradas de Odivelas esperam uma grande afluência — tentar a sua sorte na tómbola ou na quermesse. Um motivo de interesse será também a Feira do Livro que funcionará no recinto da festa durante todo o dia.

A partir do meio-dia, o apetite irá apertar. Contando com isso, estão a ser preparados comes e bebes para todos os gostos. Para estimular o apetite de todos os que lá pensam deslocar-se, podemos desde já adiantar que no piquenique de Caneças haverá chouriço e coelhos assados, rissóis, croquetes, bolos variados e cerveja.

Na parte da tarde realizar-se-á, às 17 horas, um canto livre e, às 18 e 30, uma intervenção política.

Jornada no Jamor

Ainda no âmbito da Campanha dos 1 200 contos, os camaradas de Odivelas juntaram, como se costuma dizer, o útil ao agradável. No próximo domingo, no Jamor, além de participarem na jornada de trabalho que ali se vai realizar, os



camaradas de Odivelas vão montar uma banca com petiscos e bebidas frescas. Como a previsão meteorológica dá como certa uma subida de temperatura durante o próximo fim-de-semana, é natural que, no capítulo das bebidas frescas, os camaradas de Odivelas não tenham mãos a medir.

E quanto aos petiscos, o apetite de uma manhã de trabalho vai certamente ajudar a consumir o chouriço, os coelhos e a sardinha assada que se poderão adquirir na banca da Comissão de Freguesia de Odivelas. Se a tudo isto acrescentarmos que haverá sangria para acompanhar estes petiscos, é de supor que esta iniciativa integrada na Campanha dos 1 200 contos se venha a saldar num grande êxito.

Na Feira de Santiago, em Setúbal: Jaime Serra acentuou a importância da unidade de todos os democratas

Uma sessão de esclarecimento sobre a situação política actual, orientada pelo camarada Jaime Serra, encerrou um conjunto de iniciativas que a Comissão Concelhia de Setúbal organizou nesta cidade, no decorrer da já tradicional Feira de Santiago, que ali decorreu de 22 de Julho até à passada terça-feira.

A sessão de esclarecimento realizou-se no passado domingo no interior do pavilhão que a Comissão Concelhia local montou no recinto da Feira e que se encontrava repleto de pessoas que, após ouvirem através de Jaime Serra a posição do PCP face à actual situação política, dirigiram durante mais de uma hora numerosas questões àquele dirigente comunista.

O camarada Jaime Serra, na sua intervenção, pôs em relevo o alcance da operação do CDS no desencadear da actual crise política e a sua inserção na ofensiva da reacção, que tem em vista a recuperação dos

privilégios perdidos com o 25 de Abril.

O dirigente do PCP salientou ainda a grande responsabilidade do PS que, ao abrir as portas do poder ao CDS, facilitou o desenvolvimento desta iniciativa da reacção.

Mais adiante, ao referir-se ao papel do Presidente da República como garante da Constituição e do regime democrático, o camarada Jaime Serra reafirmou a posição do PCP quanto à necessidade de preservar a imagem e a autoridade desse órgão de soberania, discordando do seu envolvimento no trabalho executivo do futuro governo e desmascarando os objectivos daqueles que, como o PPD/Sá Carneiro, pretendem envolver a Presidência da República na tela que vêm tecendo com esse objectivo.

Jaime Serra criticou ainda a inacção e um certo demissionismo dos dirigentes do PS no grave momento que o País atravessa, destacando

seguidamente a importância da presença activa deste partido, em conjunto com as demais forças democráticas, na busca de uma solução democrática para a saída da crise, com o Presidente da República e na base da representação partidária na Assembleia da República.

Respondendo depois às numerosas questões que lhe foram dirigidas, Jaime Serra acentuou nomeadamente a necessidade do reforço da unidade de todos os democratas e patriotas que estão com o projecto constitucional, nomeadamente os socialistas e os comunistas, com vistas à concretização de uma alternativa democrática para a actual crise política.

As outras iniciativas

No decorrer da Feira de Santiago, o pavilhão da Comissão Concelhia de Setúbal esteve em permanente funcionamento...

Inicia-se amanhã em Portimão a Grande Festa de Agosto

É já amanhã à noite que se inicia, em Portimão, a tradicional Grande Festa de Agosto, uma iniciativa que todos os anos é erguida com assinalável êxito pela Comissão Concelhia local do PCP.

Este ano, a Grande Festa de Agosto, que se realiza no recinto exterior da Casa dos Pescadores daquela localidade, inicia-se a 11 prolongando-se até ao dia 15 deste mês e constituirá certamente um excelente cartaz atractivo para a população local e para os milhares de veraneantes que se encontram ali de férias neste período.

Amanhã à noite actuarão na Grande Festa de Agosto os artistas Júlia Babo, José Manuel Osório, José Felismino e o conjunto «Os Galés».

Sábado haverá uma sessão de canção e poesia com a participação de Samuel, Manuel Branco e Joaquim Rogério.

No domingo realizar-se-á uma sessão de fado, que contará com a participação de Fernando Farinha.

Na segunda-feira, actuam na Grande Festa de Agosto Shila e Fernando Tordo.

A encerrar esta iniciativa da Comissão Concelhia de Portimão

Amanhã à noite actuarão na Grande Festa de Agosto os artistas Júlia Babo, José Manuel Osório, José Felismino e o conjunto «Os Galés».

Sábado haverá uma sessão de canção e poesia com a participação de Samuel, Manuel Branco e Joaquim Rogério.

No domingo realizar-se-á uma sessão de fado, que contará com a participação de Fernando Farinha.

Na segunda-feira, actuam na Grande Festa de Agosto Shila e Fernando Tordo.

A encerrar esta iniciativa da Comissão Concelhia de Portimão

do PCP realizar-se-á no dia 15 uma sessão de canto livre, seguida de uma intervenção política pelo camarada Manuel Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP.

Durante as cinco noites da festa, actuará o conjunto POP'S 71, o que proporcionará momentos de animado convívio e uma excelente ocasião para a realização de bailes.

A abertura do recinto da festa ocorrerá diariamente às 19 horas e nele funcionará um serviço de restauração e bar, «stands» de artesanato e artigos regionais, quermesses, exposições, etc.

Exposição sobre o Tarrafal

Presidida por João Faria Borda e com a presença de vários tarrafalistas e personalidades antifascistas, decorreu em ambiente amplamente unitário a sessão de encerramento no Porto da Exposição Documental Sobre o Tarrafal, durante a qual foram oradores o Prof. Ruy Luís Gomes, o presidente do PS, António Macedo, e o camarada Avelino Gonçalves, do Comité Central do nosso Partido.

Usando da palavra em primeiro lugar, Ruy Luís Gomes, depois de evocar a memória dos antifascistas falecidos no «Campo da Morte» lembrou que «para além da PIDE, outras pessoas como os professores de direito contribuíram para manter as atrocidades cometidas, pois ofereciam os mecanismos legais necessários à acção da polícia política e dos

Tribunais Plenários». O reitor vitalício da Universidade do Porto sugeriu ainda a criação nesta cidade de uma Faculdade de Direito, não segundo os cânones tradicionais, «mas aberta às realidades sociais» e onde fossem professores pessoas que, além de possuírem um currículo científico, fossem também antifascistas.

O segundo orador, o Presidente do PS, António Macedo referiu-se à necessidade de lembrar mais uma vez o exemplo de unidade do Tarrafal agora que se está perante «uma manobra e uma conspiração iminente, tendente à instauração do fascismo» no nosso País.

Várias vezes interrompido pela assistência que gritava «Fascismo nunca mais», António Macedo fez seguidamente um apelo à juventude para que siga o exemplo «daqueles outros jovens

que abnegadamente lutaram contra a tirania, pela democracia, liberdade e dignificação humana».

Depois de fazer um resumo daquilo a que chamou uma «história longa e dolorosa», muitas vezes esquecida «por todos nós que por vezes temos memória curta», o presidente do PS frisou a urgência de se fazer não só a publicação do «livro negro do fascismo» como também a história da censura e dos Tribunais Plenários.

Por último entrevistaram o camarada Avelino Gonçalves, do CC do nosso Partido, e o tarrafalista João Faria Borda que não deixaram de focar a necessidade urgente de unidade entre todas as forças democráticas e antifascistas, como forma de evitar o regresso ao passado.

Aurélio Santos em Grândola

O camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central do PCP, participou na passada segunda-feira numa sessão de esclarecimento realizada em Grândola, nas instalações do Desportivo Grandolense.

Estiveram presentes cerca de 250 pessoas que, após terem ouvido o camarada Aurélio Santos expressar a posição do PCP face à actual situação política, participaram num debate vivo com este dirigente do PCP.

A comissão para o trabalho entre a emigração promove sexta-feira, dia 18, com início às 10 horas, uma reunião aberta a todos os trabalhadores emigrantes comunistas que nessa altura se encontrem de férias em Portugal.

A reunião, que terá lugar no Centro do Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, constará de dois pontos:

— uma informação sobre a situação política no nosso País, dada por um camarada da Comissão Política do nosso Partido;

— a situação actual dos emigrantes portugueses.

Os camaradas que desejem convidar simpatizantes do Partido para assistir à reunião, podem fazê-lo.

Agenda

Dia 10, Quinta-feira

Lisboa, no Centro de Trabalho de Alfama, às 19 horas, festa de promoção da EP. ● Lisboa, às 19 horas, no refeitório de Santos da AGPL, sessão de esclarecimento com o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado do CC. ● Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória, às 21 horas, sessão sobre «A Política de Alianças do Partido», orientada pelo camarada Aurélio Santos, do CC.

Dia 11, Sexta-feira

Portel, até ao dia 13, no Mercado Municipal, Festa da Unidade para promoção da Festa do «Avante!». ● Montemor-o-Novo, no Teatro Curvo Semedo, às 21 horas, sessão de esclarecimento sobre a actual situação política com o camarada Veiga de Oliveira, do CC e deputado à AF.

Dia 13, Domingo

Aljustrel, Festa da Unidade na Represa da Mina, organizada pela Comissão local da Festa do «Avante!». A partir das 11 horas: manhã desportiva com natação e jogos, almoço, canto livre e, às 17 horas, intervenção política pelo camarada Vítor Neto. ● Portel, encerramento da Festa da Unidade no Mercado Municipal. Canto Livre e, às 18 horas, intervenção política pelo camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do CC.

Dia 15, Terça-feira

Alcochete, encerramento das actividades promovidas pela Comissão local para a Festa do «Avante!», integradas nas «Festas do Barrete Verde e das Salinas».

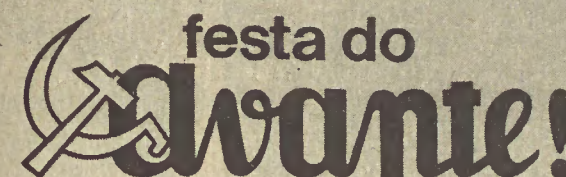
CAMARADAS FALECIDOS

JOSÉ PINTO JÚNIOR — Faleceu em Alcochete, com 58 anos de idade, o camarada José Pinto Júnior. Proposto pelo PCP, foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alcochete, tendo sido destituído em 1975, na sequência da campanha anticomunista e dos actos terroristas que culminaram com o assalto ao Centro de Trabalho do Partido, durante o qual ele próprio foi vítima de violências.

Dedicado militante, José Pinto Júnior era muito estimado por camaradas e amigos, tendo a sua morte causado grande consternação.

JOSÉ SAMPAIO LOPES — Vítima de acidente de viação, faleceu o camarada José Sampaio Lopes, natural e residente em Margaride, Felgueiras. Tinha 21 anos e deixava viúva e um filho.

8,9,10 de setembro vale do jamor



Vamos todos participar na Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria!

A Festa do «Avante!» deste ano terá no desporto mais um motivo de grande interesse e entusiasmo, não só para milhares de participantes mas também para o numeroso público que em Setembro acorrerá ao Vale do Jamor.

Conforme temos vindo a divulgar, o programa desportivo da Festa inclui várias modalidades, entre as quais se salienta, a **Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria**, iniciativa que está a mobilizar muitos camaradas e amigos de Norte a Sul do País. A forma de participar é a mais simples que se pode imaginar. Na «Agência de Treino», por exemplo, que custa apenas 5\$00 e se encontra em qualquer CT ou organização do Partido, são dados todos os pormenores.

A Juventude na Corrida e Marcha

Entretanto, há que prosseguir a formação de mais «núcleos de corrida», nomeadamente ao nível das empresas, bairros e organizações do Partido; há que desenvolver a propaganda desta iniciativa; há que esclarecer todos os camaradas e amigos sobre a sua importância, designadamente os jovens, pois a prática regular da corrida e da marcha constitui uma prevenção contra as doenças, sendo também um factor importante para o desenvolvimento das capacidades físicas de todos; há que enviar para a Comissão Desportiva da Festa os resultados que vão sendo obtidos pelos núcleos e grupos de participantes.

E já há muitos exemplos a seguir. É o caso dos jovens que integram os diversos núcleos formados e dos que estão no Grande Acampamento da Juventude em S. João de Caparica, os quais treinam diariamente e com grande entusiasmo.

Tomelo de Futebol

Entretanto, prossegue em todo o País o Tomelo de Futebol promovido no âmbito da Festa do «Avante!», estando a decorrer, as provas de apuramento a nível das organizações regionais. Neste momento, conhece-se já a equipa que representará a OR das Beiras na segunda fase da competição: é a do «Cantinho da Ramboia», vencedora do «Tomelo Festa do «Avante!» - Espinho 78».

Entretanto, e porque julgamos ser útil uma explicação mais detalhada sobre a forma como irão decorrer as próximas fases do Tomelo, aqui ficam alguns dos aspectos mais importantes do Regulamento.

Como já foi divulgado, o Tomelo realiza-se em quatro fases. A primeira termina no próximo dia 27, data limite para o apuramento da equipa representativa de cada Organização Regional. As equipas representativas das ORs apuradas entre si, de 28 deste mês a 1 de Setembro, os quatro «teams» que disputarão a segunda fase, de acordo com o seguinte critério:

— até 1 de Setembro (inclusive), haverá um jogo para apuramento da equipa vencedora entre as ORs assim agrupadas: DORN-DORB; DOROR-DORL; DORS-DORA e DORAL-DORAM.

— (3.ª fase) até 7 de Setembro (inclusive), realiza-se um jogo de apuramento das equipas vencedoras entre as ORs assim distribuídas: a equipa apurada do conjunto DORN-DORB jogará com a apurada do conjunto DOROR-DORL; a equipa apurada do conjunto DORS-DORA jogará com a apurada do conjunto DORAL-DORAM.

As duas equipas vencedoras destes últimos encontros disputarão a final às 8 e 30 do dia 9 de Setembro (segundo dia da Festa) no Estádio Nacional, cumprindo-se assim a quarta e última fase do Tomelo.

No caso de se verificar igualdade após o período regulamentar nos jogos do Tomelo, recorrer-se-á à marcação de séries de cinco grandes penalidades. Por outro lado, a equipa representativa de uma organização regional passará automaticamente à fase seguinte no caso de haver falta de comparência da equipa adversária.

A indicação das equipas apuradas nas diferentes séries do Tomelo deve ser comunicada com a maior brevidade à Comissão Desportiva da Festa que funciona no Centro de Trabalho Vitória.

Festival Desportivo, Pesca, Xadrez e Jogos Populares

Mas não é só a marcha e a corrida e o futebol que constam do programa desportivo da nossa Festa. Haverá também um grande Festival em que participarão ginastas de países socialistas e várias classes de colectividades populares do País, além de destacados atletas estrangeiros e nacionais. Não ficaremos por aqui: é que também se realizará um concurso de pesca desportiva nas margens do Tejo, próximo da Cruz Quebrada; e uma simultânea de xadrez com um mestre soviético.

Outro ponto alto da Festa será, certamente, a presença de jogos populares, de que depende a iniciativa das diversas organizações regionais do Partido. A Festa está aberta aos jogos, cabendo às ORs a importante tarefa de proporcionar a sua representação no Vale do Jamor. Mãos à obra! Vamos levar para a Festa o chinquinho, a patela, a ferradura, a bilharda, o pau encebado, a raiola, a barra, o rebolo, a malha, o pau-ferro, a péla, a pelota, a laranjinha, as cavalhadas, o pau, o porco encebado, etc.

Só a organização central já encomendou 200 mil «carcaças» e 100 mil gelados!...

Os serviços de administração e aprovisionamento da Festa do «Avante!» têm à sua responsabilidade um vasto conjunto de tarefas, envolvidas por problemas específicos que o visitante da Festa dificilmente poderá imaginar.

Tal como no ano passado, ao percorrerem a «cidade» do Jamor, ao verem todos aqueles stands, pavilhões, postos de venda, palcos, restaurantes, bares, ao verem aquela imensa estrutura da nossa Festa, milhares de camaradas e amigos pensarão que por detrás de todo aquele movimento há um grande trabalho de administração e organização. Mas é difícil ter uma imagem completa da amplitude desse trabalho, cuja plena concretização está dependente de muito esforço, espírito de imaginação e capacidade. Um trabalho que trata desde os problemas ligados ao controlo financeiro da Festa até à venda da EP a nível nacional e aos seus sorteios, passando pela organização dos armazéns e restaurantes centrais, postos de venda, tómbola, acampamentos e iniciativas diversas.

Nas declarações que em seguida publicamos, dos camaradas Joaquim Campino e Lúcia Dias, fica uma ideia, se bem que não muito aprofundada, das múltiplas tarefas que constituem aquele importante trabalho, do qual depende o pleno êxito da Festa do «Avante!».

A experiência

Inicialmente, e tendo em conta a falta de experiência, muitas coisas foram improvisadas. A primeira Festa do «Avante!» realizada em recinto fechado em grande parte coberto, foi uma iniciativa inédita, quer dizer uma jornada com características novas para os militantes comunistas. Depois, na segunda Festa outras dificuldades surgiram: de um recinto fechado e com estrutura — luz, água, etc. — passámos para um local deserto, ao ar livre, com uma dimensão muito maior. Abriam-se novas perspectivas. Aumentaram, por outro lado, as dificuldades. Teve que se erguer uma «cidade» onde não havia nada. Isto trouxe problemas técnicos mas também problemas de organização, como é natural.

Palavras do camarada Joaquim Campino, que diria em seguida: Foi preciso montar ali, num descampado, um serviço de abastecimento para alimentar

e dar apoio a meio milhão de pessoas. Enquanto à volta da Fil, existem vários restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, no Vale do Jamor não há nada. Esta uma das primeiras necessidades a que foi necessário dar resposta adequada, embora em parte improvisada. Aliás, os dois primeiros anos da Festa foram um pouco de improvisação. Para a Festa do «Avante!» de 1978 já há, de certa forma, uma experiência que conduz a uma planificação assente nos números do ano passado, que servem como referência. Este um dos aspectos que queria salientar.

Um trabalho descentralizado

Outro ponto importante — prosseguiu o camarada Campino — é que todo o trabalho administrativo tem de se entender não no sentido da centralização absoluta. Uma Festa desta dimensão, com as características de uma verdadeira festa popular construída pelos comunistas e amigos do Partido, de Norte a Sul do país, era impossível realizar-se se fosse excessivamente centralizada.

Existe, na verdade, uma organização central do ponto de vista administrativo, mas há que ter em conta que ela funciona numa dinâmica de colaboração com todas as organizações. Quem é que está na Festa? São as organizações do Partido. Ora, estas têm a sua autonomia também administrativa. São elas que organizam e tratam do funcionamento dos seus restaurantes, bares, stands, pavilhões, venda de artesanato, abastecimento, etc.

Só a organização central encomendou 200 mil «carcaças»!

O diálogo que mantivemos com os camaradas Campino e Lúcia focou, a dada altura, os números da Festa. Começamos pelas «carcaças».

É impossível dizer quantas se venderam no ano passado, pois muitas organizações assegura-

ram o abastecimento dos seus próprios bares e restaurantes e não precisaram de recorrer à organização central. Mas sabemos que em 77 o armazém central forneceu cerca de 200 mil, solicitadas por diversas organizações! Este ano estamos a apontar para mesmo número. Nesse sentido, temos já um contrato com duas empresas de panificação para que nos forneçam no decorrer da Festa pelo menos as 200 mil.

Em relação às cervejas é ainda mais difícil saber o número total das vendas do ano passado. Muitas organizações voltam a trazer este ano o seu abastecimento assegurado. No entanto, a própria organização central, para responder a algumas faltas que poderão surgir, tem neste momento encomendadas seis mil caixas de cervejas e outras tantas de refrigerantes diversos. Por outro lado, a organização central irá abastecer de gelo todos os bares e restaurantes da Festa que o solicitarem. Por agora, já estão assegurados 30 mil quilos, que ficarão num armazém próprio. Já estão também encomendadas três mil garrafas de meio litro de vinho e seis mil de três decilitros, além de 600 litros de leite, 200 grades de leite com chocolate, 500 latas de salsichas, 300 quilos de chouriço, 20 de fiambre e 100 mil gelados.

Salientou, a propósito, a camarada Lúcia:

Estes números jogam muito com a descentralização e com a iniciativa das organizações que também sob o ponto de vista financeiro têm interesse nesta descentralização. Um exemplo: as organizações conseguem por vezes, nas suas zonas, melhores preços para a compra dos produtos do que nós. Nesse caso, já não solicitam a organização central para esses fins.

No que respeita ao aprovisionamento, a nossa função reside em grande parte em «tapar os buracos» ou, então, assegurar o que nos é solicitado pelas organizações.

Refira-se a propósito que as solicitações só são aceites até ao próximo dia 15.

Mais de 50 mil EP's vendidas!

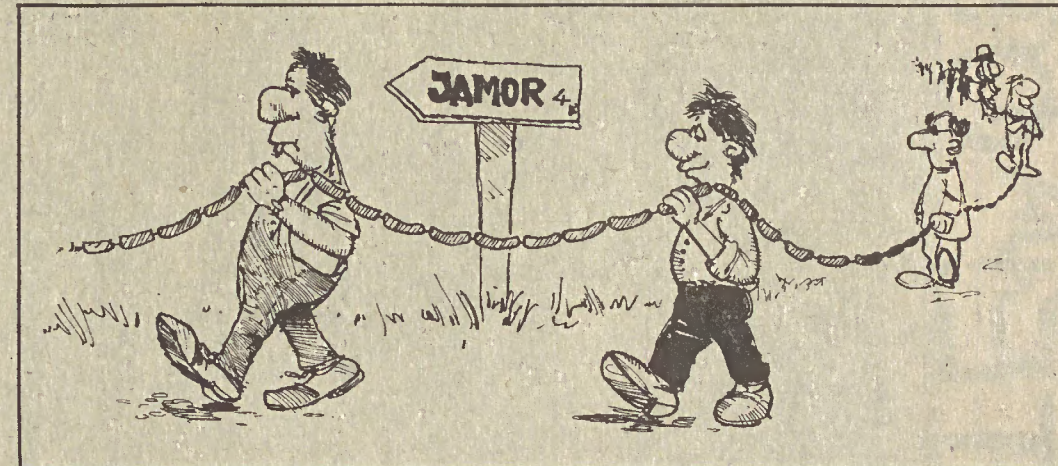
A importância da venda da EP foi um dos aspectos que os camar-

das nos referiram com mais destaque:

A administração fez o orçamento geral da Festa assente na experiência dos anos anteriores. No orçamento estão incluídas as despesas da implantação, decoração, etc. Estas despesas são cobertas pela venda das EP's. Apesar do agravamento das despesas desde o ano passado (transportes, mão de obra, aluguer de materiais, etc.) a Festa do «Avante!» teve apenas, quanto às EP's, 20 por cento de aumento (a EP passou de 100\$00 para 120\$00). É evidente que os preços de mercado aumentaram mais de 20 por cento. Para fazer frente a este desequilíbrio está em marcha um grande esforço para vender este ano mais 20% de EP's que o ano passado. É deste

Mas há outros aspectos ligados ao trabalho dos serviços de administração. Um exemplo: a implantação está a trabalhar neste momento com um orçamento que lhe foi dado pela organização central. É na base deste orçamento que agora existe uma comissão técnica. Todos os problemas relacionados com o aluguer dos tubos dos pavilhões e stands, compra de lonas e panos, etc., estão dependentes da organização central, que se subdivide em várias comissões, como por exemplo a de compras, que tem agregada uma caixa (fundo de manio) que funciona directamente ligada à administração, que tem o controlo geral financeiro da Festa. Todos os sectores têm uma verba própria atribuída pela administração, quer o sector da propaganda,

crachats, tabaco (que também haverá no stand da célula da Tabagaria), camisolas, sacos, caixas de fósforos e ainda as ofertas dos jornais irmãos ao «Avante!» para a sua Festa (artesanato, peças decorativas, etc.). Há ainda a tómbola que funcionará como no ano passado. Ainda no âmbito da organização central haverá um bar com refeições ligeiras vendidas em sacos próprios. Também por iniciativa dos serviços centrais vão ser instalados seis restaurantes, entregues às organizações para serem explorados em condições especiais. Além destes, haverá muitos outros restaurantes. Entretanto, o ainda por iniciar central, já está a funcionar no Vale do Jamor um outro restaurante só para os camaradas que estão lá a trabalhar, que só fechará



aumento que depende em grande parte do suporte financeiro da Festa. É é neste sentido que a venda da EP começou mais cedo, o que já deu os seus resultados: o ano passado por esta altura estavam vendidas cerca de um terço das que já se venderam este ano. Isto não significa de forma alguma que esteja tudo feito, mas cremos, que a meta será ultrapassada e isto porque, entre outros factores, a nossa Festa é já hoje um acontecimento de que se fala em todo o país, uma festa de grande prestígio, angariado após os suas primeiras edições; e a propaganda feita em numerosas festas realizadas pelas organizações do Partido foi excelente. Deste factores não se pode desligar também o crescimento do nosso Partido.

quer o da implantação ou o dos espectáculos. O aluguer dos espaços para as organizações e para os jornais dos partidos irmãos — é igualmente coordenado pela administração da Festa, que suporta uma parte do custo da implantação daquelas áreas. Aquilo que as organizações pagam não chega para cobrir o custo do aluguer dos tubos, da compra de panos e lonas e das canalizações e electricidade. Outra fonte de receita são as iniciativas centrais: por exemplo os nove postos de venda (PV) onde os visitantes terão à sua disposição artigos que nenhuma das outras organizações presentes vendem, nomeadamente os objectos lançados pela organização central com o símbolo da Festa: medalhas, copos, o programa da Festa,

depois das estruturas da Festa estarem completamente desmontadas.

Dois acampamentos

Também por iniciativa dos serviços centrais foram organizados dois acampamentos a instalar numa área que tem o dobro da que foi utilizada para o mesmo fim no ano passado. (na Festa de 77 só foi organizado um acampamento).

Um dos acampamentos deste ano destina-se exclusivamente aos camaradas das organizações do Partido que vêm com tarefas na Festa; o outro é para os visitantes que ali queiram ficar durante os três dias. Estes acampamentos terão sanitários, serviço de recepção e informações e outros organismos de apoio.



SÁBADO E DOMINGO

Vamos trabalhar no Jamor!

Algumas recomendações:

1.º Quando chegares, passa pelos Serviços de Recepção para a distribuição de trabalho e de ferramenta.

2.º Se puderes, leva ferramentas. De momento, fazem jeito:

— Picaretas

— Pás

— Enxadas

— Martelos

— Serrotes

— Pinceis e trinchas

— Chaves de porcas (nomeadamente chaves de 22)

— Alicates

3.º Se és montador de andaimes, canalizador, carpinteiro ou marceneiro, electricista ou pintor a tua presença é indispensável!

Festa Popular em Courelas do Sorraia

No passado fim-de-semana realizou-se em Courelas do Sorraia localidade pertencente à freguesia do Couço, uma animada festa popular que teve por objectivo divulgar a próxima Festa do «Avante!». Esta iniciativa foi organizada pela Comissão Local do PCP com o apoio da Comissão de Freguesia do Couço e saldouse pela participação de centenas de pessoas.

No sábado teve lugar um animado baile e no domingo efectuou-se uma manhã infantil, que integrou numerosas provas desportivas, um almoço-conívio que contou com a presença de mais de 200 pessoas e uma sessão de canto livre. Ao fim da tarde de domingo realizou-se um

comício que contou com a presença da camarada Margarida Tengarrinha e do camarada Carlos Pinhão, ambos membros do Comité Central do PCP.

Usaram da palavra o camarada José Inácio, da Comissão de Freguesia do Couço — que se referiu ao significado desta festa e apelou para a unidade dos trabalhadores para travar a ofensiva contra a Reforma Agrária — e a camarada Margarida Tengarrinha, que expressou as posições do PCP face à actual situação política, após o que se verificou um animado debate com a assistência, em que era elevado o número de mulheres.

Festa da Unidade no domingo em Aljustrel

A Comissão da Festa do «Avante!» de Aljustrel realiza no próximo domingo, na Represa da Mina, a Grande Festa da Unidade que terá como objectivo a divulgação da Festa do «Avante!».

Na parte da manhã realizar-se-ão animados jogos de malha, corridas de sacos e provas de natação. Depois do almoço — que

inclui para já sardinhas assadas, saladas de tomate e pepino, leitão assado e frito — realizar-se-á um canto livre, no decorrer do qual se procederá à entrega de prémios aos vencedores da malha, aos mais ágeis na corrida de sacos e aos mais velozes nas provas de natação. Depois do canto livre, o camarada Vítor Neto efectuará uma intervenção política, seguindo-se a matiné dançante.

«Festa Verão 78» foi êxito no Pragal

Decorreu no passado fim-de-semana na freguesia do Pragal (Almada) mais uma jornada popular de apoio à Festa do «Avante!». A iniciativa coube à Comissão Local do Partido e realizou-se sob o lema «Uma nova festa com confiança no futuro». Esta foi, aliás, a mais saliente da «Festa do Verão 78».

que logo na sexta-feira recebia largas centenas de pessoas que assistiam a uma sessão de Canto Livre com José Barata Moura e o grupo «Enigma». O fado esteve representado por Fernando Farinha, tendo o primeiro dia da Festa terminado com a projecção de alguns filmes e com um animado bailarico onde todos bateram o pé ao som da música do conjunto «Os Vermelhos».

No sábado, Dia do Emigrante, decorreu um colóquio sobre os problemas da emigração, seguido de uma intervenção política pelo camarada Aurélio Santos, membro do CC do Partido. A noite de sábado não terminaria sem um Canto Livre com José Jorge Letria e Júlia Babo, projecção de filmes e baile também com «Os Vermelhos».

Ainda no sábado, deu-se início ao Torneio de Futebol Juvenil na Flamalha. Na manhã de domingo tiveram lugar algumas iniciativas desportivas, como por exemplo uma maratona com partida no Matadouro e chegada ao local da festa, e ciclismo. A tarde decorreu um animado convívio juvenil. Fernando Tordo e João Fernando foram os artistas que actuaram no Canto Livre realizado à noite, tendo a festa encerrado com outro bailarico com o conjunto já referido.

EPs premiadas no 2.º sorteio

- | | | |
|------|----------|----------------------------------|
| 1.º | — 179125 | — Uma mobília de quarto |
| 2.º | — 174059 | — Uma bicicleta |
| 3.º | — 123044 | — Um saco de dormir |
| 4.º | — 91728 | — Um Black & Decker |
| 5.º | — 148080 | — Uma geleira |
| 6.º | — 30022 | — Um relógio de cozinha |
| 7.º | — 51114 | — Uma mesa de campo |
| 8.º | — 185783 | — Uma cadeira de campo |
| 9.º | — 49133 | — Uma cafeteira de café |
| 10.º | — 132200 | — Cinco discos à escolha |
| 11.º | — 79090 | — Assinatura do jornal «Avante!» |
| 12.º | — 86900 | — Assinatura do jornal «Avante!» |
| 13.º | — 185850 | — Assinatura do jornal «Avante!» |
| 14.º | — 62555 | — Assinatura do jornal «Avante!» |
| 15.º | — 45725 | — Assinatura do jornal «Avante!» |
| 16.º | — 42127 | — Assinatura do «Poder Local» |
| 17.º | — 123207 | — Assinatura do «Poder Local» |
| 18.º | — 135533 | — Assinatura do «Poder Local» |
| 19.º | — 134580 | — Assinatura do «Poder Local» |
| 20.º | — 42128 | — Assinatura do «Poder Local» |
| 21.º | — 30761 | — Assinatura da «Vida Soviética» |
| 22.º | — 120896 | — Assinatura da «Vida Soviética» |
| 23.º | — 135038 | — Assinatura de «O Militante» |
| 24.º | — 137976 | — Assinatura de «O Militante» |
| 25.º | — 137977 | — Assinatura de «O Militante» |

Os brindes podem ser levantados no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"



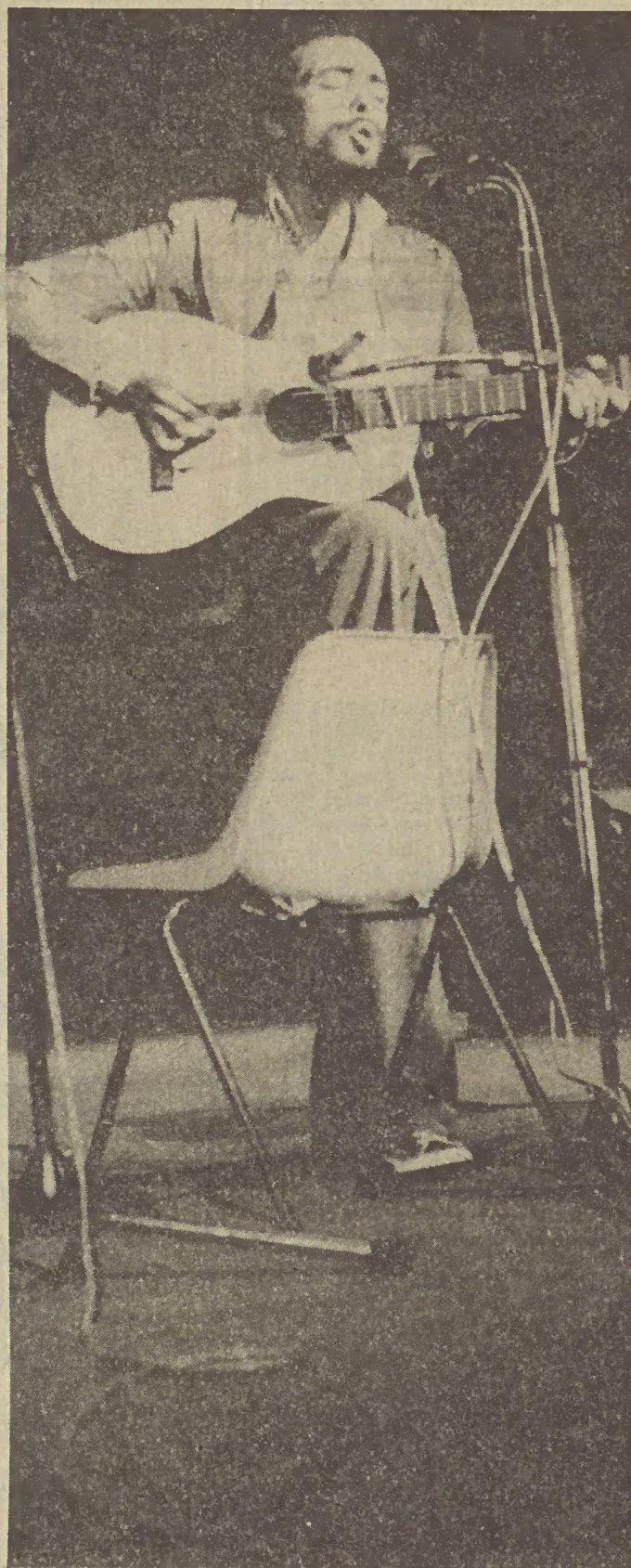
Luísa Basto
Adriano Correia de Oliveira



Carlos Mendes



Brigada Vitor Jara



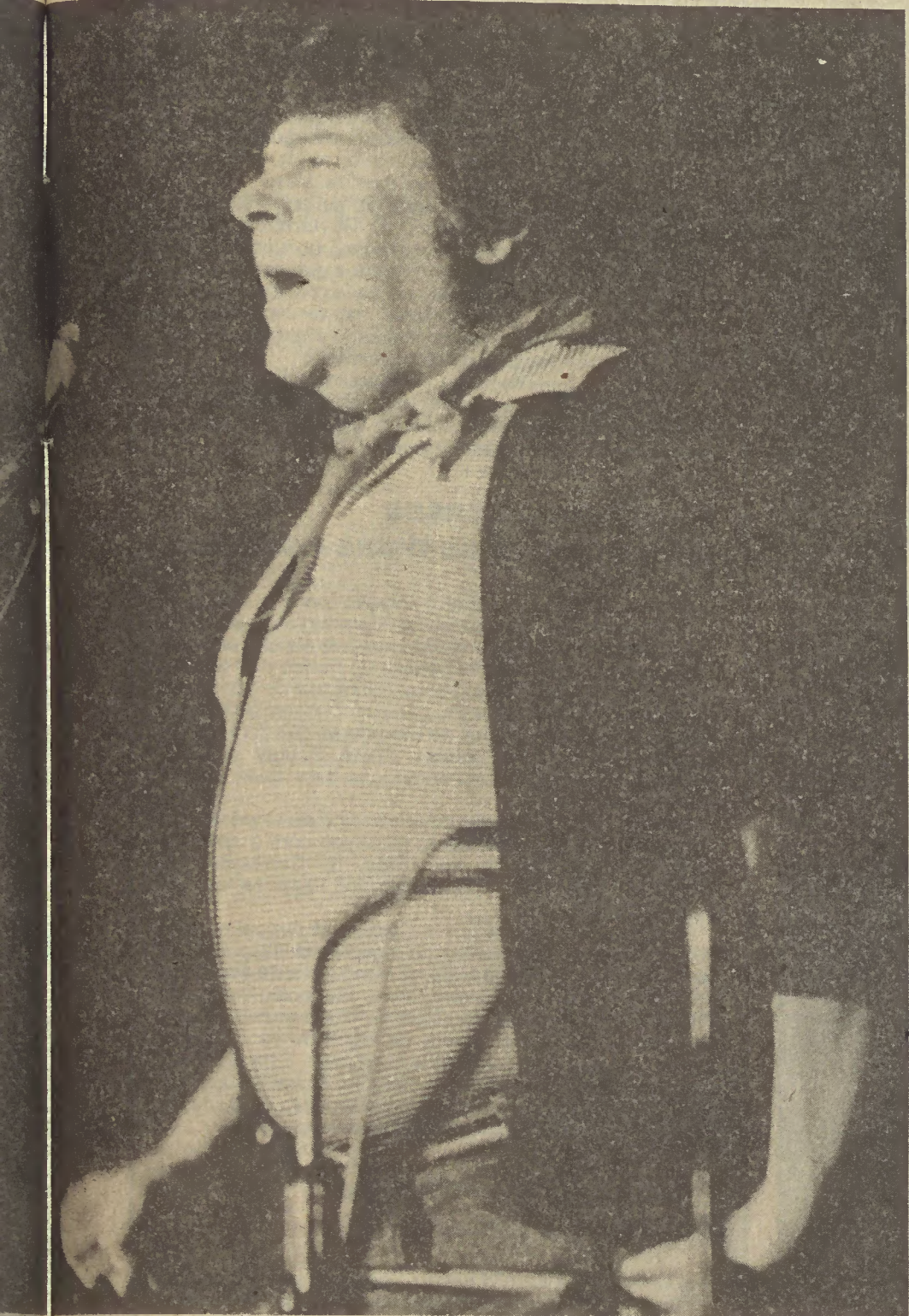
Samuel

Fernando Tordo

Carlos Paredes

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

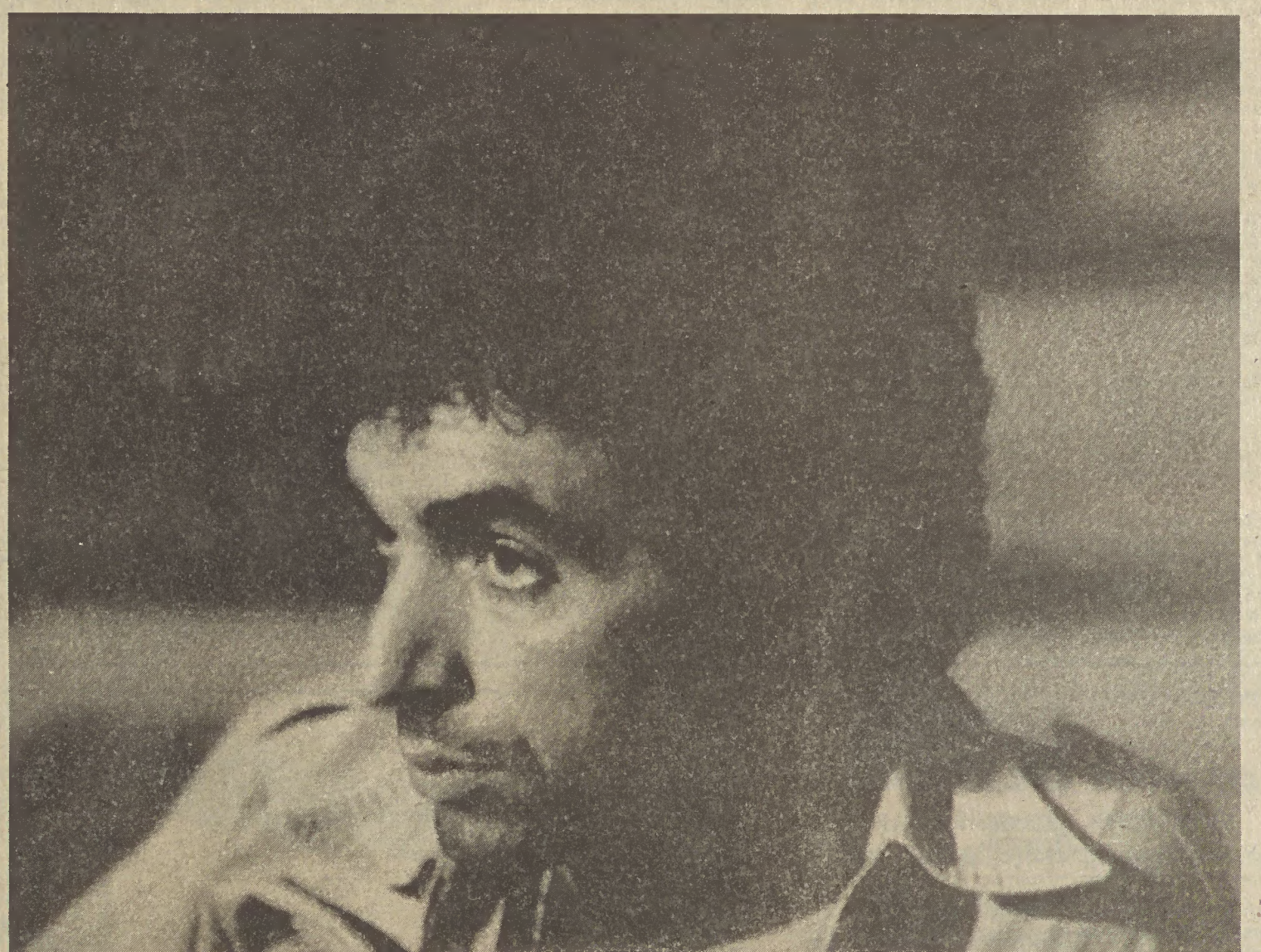


**Ary
dos Santos**

**Carlos
do Carmo**



Grupo Trovante



Paulo de Carvalho

OS ARTISTAS DA FESTA DO "AVANTE!"

Só o Portugal de Abril respeitará o outono da vida!

Pensões sociais de 500 escudos nos meios rurais e de 1000 escudos nos meios urbanos; pensões de regime geral da Previdência que, desde Julho, oscilam entre 2 200 e 2 750 escudos; pensão de viuvez mínima de 1 350 escudos e pensão de regime rural, agora «actualizada», de 1 100 escudos para ambos os sexos: eis com o que pode contar uma larga camada da população portuguesa, constituída por reformados, pensionistas e idosos. Eis quanto têm para viver cerca de 1 milhão e 500 portugueses, ou seja, aproximadamente, 10% da população portuguesa.

Contra estes níveis, abaixo do mínimo necessário à existência, cresce por todo o país um movimento, o MURPI, Movimento de Reformados, Pensionistas e Idosos. «Só o Portugal de Abril respeitará o outono da vida» é o lema de quantos, reformados, pensionistas e idosos não esquecem que, nos meses que se seguiram ao 25 de Abril, até finais de 1975, num país convulsionado pelas conspirações de direita, pela reacção interna e o imperialismo, houve, no entanto, tempo para começar a beneficiar os velhos que já foram trabalhadores, e os homens e as mulheres que, não tendo tido uma vida profissional normal, de qualquer modo são cidadãos do país democrático cuja esperança de construção nasceu em Abril.

Como o regime fascista cuidou dos idosos...

Antes do 25 de Abril, tudo o que regime fascista havia feito pelos idosos resume-se em alguns dados confrangedores, mas que convém recordar;

— o volume de pensões de reforma por velhice em relação à população idosa era de 5,8% (Estatística da Organização Corporativa-1968);

— mais de 50% da população idosa de 65 e mais anos era dependente economicamente; cerca de 60% dos homens e mulheres com mais de 75 anos eram-no igualmente;

— a população idosa que viva da assistência (10 789 pessoas) era inferior à que vivia de esmolas (12 210 homens e mulheres)

— em cada 100 idosos de 65 a 74 anos, mais de 35 tinham de trabalhar para conseguir sobreviver, sujeitos a uma exploração feroz. Com mais de 74 anos, trabalhavam 21 em cada 100.

Nestas condições de vida (expressas aqui em dados que, apesar da sua dureza, nos devem merecer as maiores reservas, pois durante o regime fascista as estatísticas enfermavam sistematicamente daquilo a que se poderá chamar «fraude optimista»), no isolamento social da população idosa encontram-se algumas das causas das elevadas taxas de morte dos idosos por doenças cardiovasculares, doenças isquémicas do coração e outras.

O que trouxe o 25 de Abril até 1975 à população idosa?

Seria exaustivo enumerar todas as conquistas que vieram aliviar, ainda quem sem resolver, a situação da população idosa em Portugal. Enunciemos apenas as mais significativas, obra dos Governos Provisórios até ao VI Governo, exclusive:

— em 1974, a pensão mínima é fixada em 1 650\$00; em Junho de 1975, sobe para 2 000\$00. Anteriormente não havia pensão mínima: 30% dos pensionistas de invalidez recebiam menos de 800\$00 mensais;

— em Dezembro de 1974, institui-se o 13.º mês para os reformados;

— aos inválidos necessitados de assistência permanente é atribuído um acréscimo de pensão correspondente a 20% do salário mínimo nacional;

— a pensão de sobrevivência é aumentada e garantida aos familiares dos beneficiários falecidos antes de 1970 (anteriormente, este benefício só era reconhecido aos familiares dos falecidos de 1970);

— concessão do Abono de Família aos ascendentes e equipados;

Relativamente à população rural, ainda mais gravemente marginalizada durante o fascismo:

— o período de garantia das pensões de invalidez e velhice que era de 5 anos passou para 3 anos (com 24 meses de contribuição);

— as pensões de invalidez e velhice que eram de 350\$00/mês para os homens e de 300\$00/mês para as mulheres, passaram no regime transitório a ser de 500\$00/mês e no regime regulamentar de 900\$00 (com a cotização mensal de 80\$00) e de 600\$00 (quotização mensal de 60\$00);

— o subsídio por morte, que não existia, passou a 8 000\$00 no regime regulamentar

— as pensões de sobrevivência que não existiam, foram



Segundo um inquérito do MURPI, em cada 100 reformados, 65 têm problemas de saúde; 93 têm necessidade de medicamentos; 31 carecem de assistência de terceiros; 8 encontram-se inválidos ou acamados. Quando às condições habitacionais: em cada 100 reformados, 52 vivem em más condições; 37 em condições razoáveis e apenas 10 em boas condições. O isolamento é igualmente um mal: em cada 100 reformados, 61 ocupam o seu tempo em casa; 18 nos jardins e 6 dedicam-se a pequenos trabalhos

estabelecidas, no regime transitório, ao cônjuge sobrevivente em 500\$00/mês, e no regime regulamentar na pensão mínima de 500\$00.

Desde 1976, a vida dos idosos anda para trás

O que sucedeu nestes últimos dois anos que viesse melhorar a situação dos idosos?

Em 1976, as pensões não foram aumentadas. Em 1977, cerca de 40 mil continuaram com o mesmo valor, 2 000\$00, e 80% foram aumentadas de 250\$00. Entretanto o aumento do custo de vida, atingiu quase 30.

Este ano, em Março, os reformados e idosos apresentaram ao Secretário do Estado da Segurança Social as seguintes reivindicações: pensão mínima de 3 000\$00, não devendo o aumento ser inferior a 500\$00 no que respeita ao Regime Geral, e uma pensão de 1 750\$00 para os homens e mulheres no Regime Rural; a manutenção dos preços do «Cabaz de Compras» de 1977.

Como respondeu o Governo?

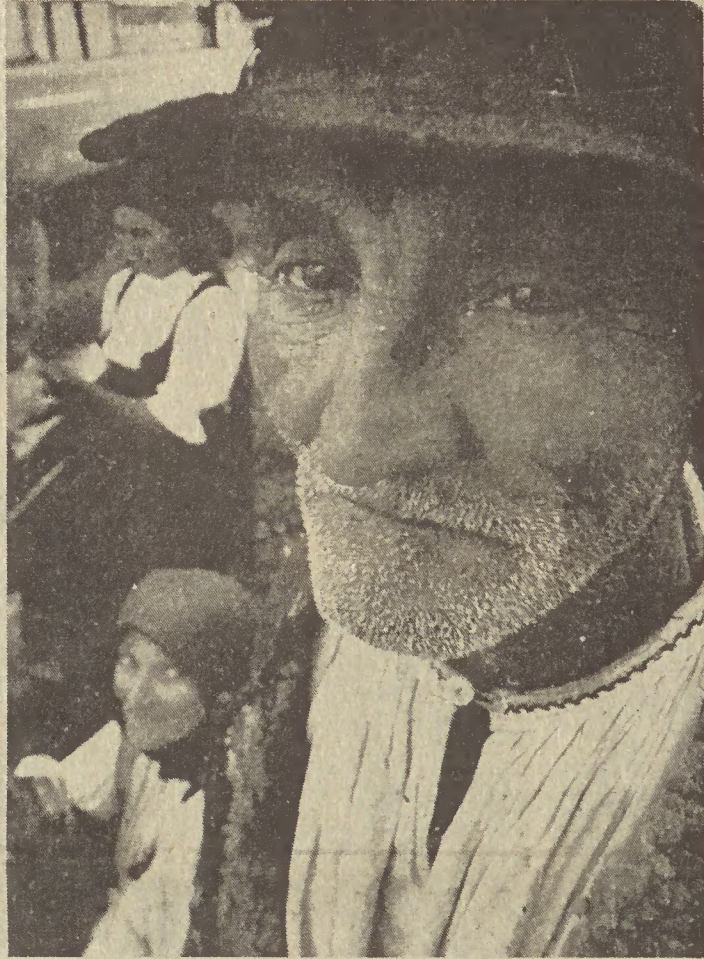
Como resultado da política de recuperação capitalista e latifundista, o custo de vida, com aumento previsto de 27%, subiu, entretanto, mais de 30%. E foi anunciado, como resultado de «grande esforço do Governo a favor dos pensionistas», que:

— a pensão das mulheres rurais aumentam 80%, ou seja 500\$00, passando de 600\$00 para 1 100\$00, enquanto a dos homens sobe 200\$00, isto é, de 900 para 1 100\$00. Isto somente a partir de Julho, apesar da subida em flecha dos preços se processar a partir de Abril, e dos reformados, idosos e pensionistas reivindicarem a retroactividade dos aumentos a partir de Janeiro.

— o Abono de Família em relação aos ascendentes e equiparados é extinto.

Perante esta situação, o MURPI considera que «as decisões tomadas pelo Governo tiveram como resultados ultrapassar todas as reduções da capacidade económica da terceira idade, sucedidas desde 1976». «A situação é extremamente preocupante e de consequências imprevisíveis, pois se presentemente a capacidade de aquisição dos Reformados e Idosos ainda não é inferior à de 1973, pouco lhe faltará para ser».

Mas os reformados, pensionistas e idosos não abandonam a luta. Unidos, mobilizando cada vez mais vontades através de todo o país, numa frente cada vez mais ampla do movimento popular, continuam o combate na certeza de que «Só o Portugal de Abril respeitará o Outono da vida».



Quando a exploração, a dureza das condições de vida e de trabalho, as faltas amontoadas, faziam a velhice chegar mais cedo, os trabalhadores eram «despejados» por agrários e capitalistas para o desemprego. Depois que a guerra colonial e a emigração contribuíram para um envelhecimento veloz da população portuguesa, os velhos eram empregados por esmolas do patrão, em cada dia trabalhando até ao limite das suas forças, em cada dia morrendo mais que vivendo. Esta situação foi sempre veementemente denunciada pelo PCP, em cujo programa sempre se inscreveu a luta por uma velhice digna

Que manobras estão por detrás da demissão de vereadores do PS? — interroga a APU da CM de Évora

Numa conferência de Imprensa realizada no passado dia 3, no Teatro Garcia de Resende, em Évora, os elementos da APU da Câmara Municipal desta cidade puseram a claro a situação criada neste município com a demissão dos vereadores do PS. Considerando que esta demissão veio prejudicar o funcionamento da CM de Évora porque os restantes vereadores tem agora que acumular funções, o presidente da Câmara, o elemento da APU, Abílio Fernandes, teve várias considerações sobre o comportamento dos vereadores do PS, as quais se resumem no seguinte comunicado que a APU distribuiu à população:

«1.º — Todas as deliberações importantes da CM de Évora foram tomadas em reuniões públicas onde qualquer vereador podia e devia levantar as questões importantes para a defesa do município.

«2.º — Nenhuma força política detinha a maioria. Eram três elementos da APU, três do PS e um do PPD/PSD. As deliberações são por votos individuais, não fazendo o voto do presidente qualquer diferença

a não ser para desempatar (voto de qualidade) o que se pode acontecer se faltar algum membro.

«3.º — A Assembleia Municipal com representação das três forças políticas e de acordo com a Lei das Competências tem acompanhado e fiscalizado toda a gestão da Câmara. A Assembleia Municipal tem-se mostrado sempre aberta e interessada nas intervenções de qualquer vereador da Câmara. Porém nenhum vereador do PS compareceu alguma vez a qualquer sessão.

«4.º — O presidente da Câmara Municipal convidou frequentemente todos os vereadores a participarem em toda a actividade da Câmara e a intervir nela quando pudessem. Insistiu para que um dos vereadores do PS viesse a funcionar a tempo inteiro no executivo. Nenhum aceitou.

«5.º — Foi neste contexto que um dos vereadores do PS pediu a demissão no dia 11 de Junho, prometendo enviar no dia seguinte nota explicativa das razões dessa demissão. Já se passaram vinte dias e ainda não foi apresentada qualquer razão.

«6.º — A Federação Distrital de Évora e a secção de Évora do PS

emitiram comunicados no dia 19, prometendo fazer «denúncia pública das graves anomalias cometidas por este município».

7.º — Em 22 de Julho, a secção de Évora do PS, noutro comunicado, promete «caminhar em frente a fim de conseguir uma gestão democrática da Câmara Municipal de Évora». Como será possível de um momento para o outro descobrir que a Câmara Municipal de Évora não tinha gestão democrática e não se tem tido a coragem de o demonstrar em pleno funcionamento? Só a coberto de propaganda jornalística e sem dar a conhecer à população as razões.

Está visto que não existem elementos majoritários, pela própria composição da CM. Como é pois possível falar-se de graves anomalias quando, durante ano e meio de funcionamento, nenhum dos elementos levanta, em tantas e tantas reuniões internas e públicas (são semanais), nem dos serviços municipalizados (são quinzenais), qualquer problema que pudesse constituir objecto de fricção ou desentendimento? De tal atitude é que se levantam estas calúnias».

«8.º — É também de notar que todas as acções e iniciativas da CM constam de actas das reuniões. Estas são públicas, lidas e aprovadas nas reuniões seguintes e muitas delas foram publicadas nos jornais locais. Quem quiser consultá-las ou analisá-las, poderá concluir que a maior parte das deliberações foi tomada em resultado de consenso entre todos os membros da Câmara. Também se poderá verificar o número de faltas dos vereadores às reuniões da Câmara.

Porque se demitiu o vereador senhor José António Bagulho? Neste momento já ninguém tem dúvidas de que o senhor Bagulho se demitiu porque não conseguiu cumprir no mínimo todas as responsabilidades que lhe cabiam como eleito da população. Não o conseguiu nem agora nem nunca. Falhou o ano passado a nove reuniões públicas e este ano a sete. Falhou o ano passado a todas as reuniões de trabalho que se realizam uma tarde por semana.

Isto desde Maio. Este ano só esteve presente numa, porque estava interessado em tratar de um assunto que ia ser apreciado nessa

reunião. No início do mandato, o senhor vereador Bagulho ofereceu-se para acompanhar o problema das freguesias rurais.

Mais tarde a Câmara viu-se obrigada a retirar-lhe essas funções para as quais se oferecera visto não ter podido acompanhá-las pois que a sua vida particular não lho permitia. Era o vereador que tinha a cargo o pelouro desportivo e a população de Évora ainda aguarda uma única iniciativa desportiva. Nem sequer apresentou o plano de actividades relativamente ao desporto tal como fizeram todos os vereadores para o respectivo pelouro, na Assembleia Municipal, falta que mereceu o devido reparo.

Comprometeu-se a atender todos os municípios que contactassem a CM para assuntos desportivos bem como a acompanhar a organização local para a Volta a Portugal em Bicicleta que passava por Évora no dia 10 de Agosto. Mas a única coisa apresentada foi a sua demissão com total desprezo pelos compromissos assumidos.

O que importa assinalar, porém, é que por respeito pelos municípios a CM tem de continuar a cumprir as obrigações que assumiu e o fará

até ao fim, não obstante as dificuldades que atitudes como estas visem criar. De tudo isto se conclui que o senhor José Bagulho ao demitir-se o fez porque não pôde ou não quis cumprir as obrigações assumidas para com a população. E como se entendem as outras demissões por solidariedade, e toda a publicidade nos jornais do Porto, na Rádio Renascença, em quase todos os jornais de Lisboa e com grande destaque para o «Diário do Sul» de Évora que tem vindo a especular com estas demissões?

Da análise da situação e continuando a desconhecer as causas da demissão dos vereadores do PS, em face aos problemas da população, retira a APU as seguintes conclusões:

1.º Não se percebe bem que manobras estão por detrás destas demissões;

2.º Não há uma clara fuga ao esforço, ao trabalho e sacrifício absolutamente necessários para resolver os problemas da população do nosso concelho;

3.º Os vereadores do PS recusam-se a aceitar a democracia efectiva que se regista no funcionamento da Câmara Municipal de Évora».

Grave situação dos trabalhadores da CM do Barreiro

A decisão do Governo PS/CDS, que cortou as verbas indispensáveis à vida da CM do Barreiro, (ao mesmo tempo que ordenou à Petrolgal que suspendesse o fornecimento de gasóleo para os transportes colectivos), está já a provocar as graves consequências que se esperavam. Entre outras, assume grande agudeza o facto de mil trabalhadores do Município ainda não terem recebido os salários relativos ao mês de Julho.

Os trabalhadores têm consciência de que este atraso inclassificável se deve ao facto do Governo central não descentralizar as verbas necessárias, esquecendo que são trabalhadores da Função Pública e que estão a servir a população para a resolução dos seus problemas.

A situação dos trabalhadores, neste momento, no aspecto moral ultrapassou os limites: é imprevisível o dia em que possam receber o seu vencimento.

Entretanto, recentemente, a Assembleia Popular do concelho de Almada manifestou, numa moção, a sua solidariedade para com o povo do Barreiro e a CM face à arbitrária decisão governamental.

Rio Tinto: as casas para quem mais delas necessita

Parece ter-se encontrado solução para o diferendo existente entre as comissões de Moradores de Rio Tinto e a Câmara Municipal de Gondomar sobre a atribuição de 160 fogos construídos a expensas do Fundo de Fomento da Habitação. Enquanto a Câmara Municipal de Gondomar pretendia efectuar esta atribuição por concurso através de computador as Comissões de Moradores das zonas de S. Caetano, Venda Nova, Igrejas, Ponte, Soutelo e Areias condenavam este procedimento que tem dado origem a injustiças.

Baseando-se num importante trabalho de inquérito aos agregados familiares da zona, realizado com o apoio da Junta de Freguesia de Rio Tinto, as Comissões de Moradores defendiam a atribuição dos fogos às famílias mais carecidas.

Perante a indiferença que a Câmara Municipal revelou pelos esforços e conclusões do inquérito das Comissões de Moradores, a Assembleia de Freguesia de Rio Tinto deliberou que o seu executivo diligencie junto do Presidente da Câmara Municipal de Gondomar para que os boletins de inscrição para os fogos de renda social sejam preenchidos na Junta de Freguesia. Esta proposta partiu de um elemento do PS e mereceu a unanimidade da Assembleia na qual participaram o executivo da Junta de Freguesia, comissões de moradores e a população.

A COOPEAL entregou 36 fogos a sócios

A Cooperativa de Habitação Económica de Almeirim, COOPEAL, procedeu à entrega de 36 fogos aos seus sócios. O acontecimento foi festejado pelos sócios da cooperativa com um programa que incluiu almoço e desafio de futebol.

Contribuindo para a resolução de um problema tão grave das populações como é o da habitação, e apesar desta contribuição ser modesta, as cooperativas de habitação prestigiam o movimento cooperativo.

Novo posto da Cooperativa «Alentejo e Unidade»

Foi inaugurado, no último sábado, com festa rija, o posto de Montes Velhos da Cooperativa de Consumidores «Alentejo e Unidade» de Aljustrel. A direcção da cooperativa organizou uma jornada de convívio e de diversão à qual acorreu população de todo o concelho.



Cooperativas de consumo nascem também e fortalecem-se no Alentejo. Como meio de defesa que são das populações, não podem, por isso mesmo, ignorar a difícil situação dos pequenos comerciantes, camada social a ganhar para a aceitação do cooperativismo

«Benfica não será a Tarragona de Lisboa»

Os habitantes da zona do Calhariz de Benfica, mobilizados pela Comissão de Moradores, não aceitam a decisão do Conselho de Ministros que autorizou o reinício da construção de um gasómetro com capacidade para 40 mil metros cúbicos de gás. Esta construção havia sido embargada há cerca de um ano quando a população desencadeou um forte movimento de protesto contra a localização do gasómetro. A decisão do Conselho de Ministros veio reabrir um processo de luta, tanto mais sentida, neste momento, quanto as recentes explosões verificadas em Espanha e no México ceifaram centenas de vidas e alertam as populações para os graves perigos de tais instalações.

«Não queremos que Benfica se transforme na Tarragona de Lisboa», afirmam os habitantes de Benfica.

Boato visa atacar a CM de Vila Franca de Xira

Num comunicado à população, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desmente o boato, posto a correr por elementos interessados em desprestigiar esta autarquia, segundo o qual, este município se prepararia para lançar uma taxa pela recolha dos lixos domésticos.

Pedindo a colaboração da população no combate ao boato, a CM de Vila Franca de Xira esclarece:

«Apesar dos encargos com os Serviços de Limpeza serem muito elevados (estes Serviços empregam quase metade de todo o pessoal dos Serviços Municipais), nunca pensou esta Câmara em lançar taxas sobre a recolha de lixos domésticos».

Povo de Guimarães não aceita decisão do MEC

No concelho de Guimarães e nas zonas vizinhas, a população manifesta a sua indignação perante uma das últimas decisões do caído ministro Cardia: a de extinguir, a partir do próximo ano lectivo, a Escola do Magistério Primário daquela cidade, criada há sete anos.

Os elementos da APU, interpretando os sentimentos da população, insurgiram-se contra esta arbitrária decisão, considerando que «na área da formação de professores, o desemprego é uma afronta para um país com tão elevada taxa de analfabetismo».

PUB.

colecção

DOSSIER

edições Avante!

Volumes já publicados:

1º Dossier terrorismo

90\$00

2º Dossier eleições

100\$00

Agora à venda:

3º Dossier anticomunismo

30\$00

4º Dossier Carlucci

ASSINALÉ OS VOLUMES PREENCHIA O CUPÃO E ENVIE PARA CDL - DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA AV. SANTOS DUMONT 57-4.º ESQ. LISBOA-1

90\$00

a distribuição

ANTI COMUNISMO

30\$00

DOSSIER CARLUCCI CIA

90\$00

DESEJO RECEBER OS LIVROS ASSINALADOS PARA O RESPECTIVO AGENDAMENTO

NOME

LOCALIDADE

DESEJO RECEBER OS LIVROS ASSINALADOS PARA O RESPECTIVO AGENDAMENTO

NOME

LOCALIDADE

O PCP na defesa dos resineiros

Resineiros: um dos sectores de trabalho que permanecem sujeitos a uma exploração feroz em tudo vizinha da praticada até ao 25 de Abril: sem horário de trabalho, sem férias nem feriados, sem 13.º mês, indefesos perante os despedimentos arbitrários, sujeitos a um salário mínimo que, na generalidade, os patrões

nem sequer cumprem.

Sobre a deplorável situação destes trabalhadores que só na unidade e na organização poderá ser ultrapassada, inserimos hoje, a intervenção de um deputado do PCP, Mário Gomes, na Assembleia da República em Maio passado.

• Urgente legalizar a situação

Há na zona centro do país muitos milhares de resineiros. As condições do seu trabalho são tão más como a protecção legal que não têm e as regalias sociais que continuam a ser-lhes negadas.

Estes trabalhadores andam quilómetros a pé por dia, por entre o mato, cada um sózinho consigo próprio, no sobe e desce dos montes, com o ferro e outras ferramentas às costas.

E assim, com estes sacrifícios dos resineiros, que se extrai a resina que entra nas fábricas de transformação e dá a aguarrás e o pez, produtos que representam mais de 1,5 milhões de contos na nossa exportação.

E, no entanto, quanto ganham, e que regalias têm esses trabalhadores?

Apenas uma pequena parte trabalha ao dia, com salário fixo, o qual varia muito: às vezes, dentro da mesma freguesia, entre 130 e 200 escudos.

A maior parte trabalha ao quilo, isto é, recebe um tanto por cada quilo de gema que colhe.

Simplemente, a pesagem é feita na fábrica, longe da sua vista, e é-lhes descontada uma elevada percentagem para raspas, água e outras impurezas muito superior à realidade.

Outra grande parte trabalha à ferida (isto é, à bica) recebendo um tanto por cada ferida, independentemente de dar muita ou pouca gema (mas não se cuide que o industrial alguma vez fica a perder neste negócio da ferida).

Quer ao quilo, quer à ferida, quase sempre o preço, em vez de ser estipulado antes da campanha, só o é depois dela terminar. Para que o industrial pague a gema que recebeu, sempre se passam muitos meses. (com frequência, o resineiro já vai na campanha do ano seguinte sem ter recebido o dinheiro do ano anterior).

São estas as condições salariais dos sector os resineiros, gente que nunca sabe se no ano seguinte tem ou não trabalho, e que passa 2 e 3 meses parada ou noutras

actividades, porque a campanha dura apenas 9 a 10 meses.

Só a unidade lhes vale

E quanto ao resto? Considerados trabalhadores rurais, os resineiros não têm férias, não lhes são pagos os feriados nos termos da lei, não ganham o 13.º mês e, o que é mais grave não têm nenhuma protecção legal nem contra os despedimentos nem contra qualquer arbitrariedade dos patrões. Ainda por cima, sendo muitos milhares, apenas cerca de 1000 estão oficialmente registados.

Quando adoece o necessário de recorrer à Caixa de Previdência, recebem de 16\$00 a 40\$00 por dia, tão grandes e graves são as irregularidades praticadas nos seus descontos. Para já não falar dos casos em que os patrões tentam evitar a todo o custo este encargo, impondo como condição para os aceitar ao trabalho que não reivindiquem a sua inscrição na Previdência.

Trata-se de um sector de actividade muito importante, já que a extração da resina, por ser um trabalho muito duro,

é feita apenas num reduzido número de países. Mas mais de metade das empresas transformadoras de resina no nosso país são muito pequenas, e por isso não têm qualquer hipótese de influenciar os preços e os mercados.

Na realidade, as 33 empresas mais pequenas, isto é 53% do total, têm uma produção idêntica à das 5 maiores, que, no entanto representam apenas 8% do total. Ora são as grandes empresas, os exportadores e o Estado, os únicos que têm capacidade (e portanto obrigação) de conquistar novos mercados e de reforçar os existentes. No entanto, eles tomam uma atitude passiva, à espera da procura externa, na certeza de que o seu lucro (dos grandes industriais e exportadores) está sempre assegurado.

Isto significa que quem paga a sua inscrição são os resineiros, os donos dos pinhais e mesmo os pequenos industriais. E perante esta moldura, qual é a defesa legal dos resineiros? Nenhuma.

Só a sua unidade lhes vale e é preciso que o Estado tome providências para que certos industriais não cometam actos de sabotagem da economia.



São milhares de resineiros que se mantêm numa situação de trabalhadores marginalizados. São milhares de resineiros a mobilizar para a luta e a unidade por condições humanas de trabalho e de vida

• As firmas têm de assumir encargos e responsabilidades

As firmas transformadoras da resina querem que a resina lhes entre na fábrica pelo mais baixo preço e com o menos possível de encargos e responsabilidades. Por isso não consideram os resineiros como seus trabalhadores e impuseram a criação de um sistema de intermediários, os chamados fornecedores, sobre os ombros dos quais vão recair os encargos e responsabilidades que as fábricas não querem sobre si: a inscrição dos resineiros na Previdência, a qualidade de padrões dos resineiros, o aluguer dos pinhais, toda a insegurança quanto à colheita, todos os aborrecimentos perante as justas reclamações dos proprietários de pinhais e resineiros.

E, no entanto, estes homens assumem todas estas responsabilidades com uma única garantia: a de que a fábrica lhes recebe a resina que colherem.

O preço do quilo, só o sabem uns meses após terminada a campanha; às vezes um ano e até mais. E para receberem dinheiro para as despesas que surgem logo no início da campanha é o cabo dos trabalhos: são 2000\$00 por conta, 5000\$00, 10000\$00 quando têm mais sorte. E mesmo assim só depois de muitas cartas, telefonemas e deslocacões aos escritórios da firma.

No início desta campanha escrevia uma grande firma aos seus fornecedores habituais: "Alugue o pinhal que quiser e meta os homens que quiser, mas não lhe podemos adiantar nada quanto a preços, nem para o quilo nem para as bicas".

Assim mesmo. E fica à vontade do fornecedor entrar ou não numa aventura deste género. Mas é claro que entra, porque tem família para sustentar...

Destas condições de insegurança nasceu a candonga. Sendo fornecedor habitual duma fábrica, o fornecedor vende resina à candonga para

outra à qual ocasionalmente ela faz falta. São mais uma vez as fábricas à procura da resina sem encargos, mesmo sem o encargo de ter de continuar a comprá-la aquele fornecedor. Só quando o seu stock for insuficiente para a carteira de encomendas é que a procuram; se tal não acontecer, o fornecedor que se desembarace.

Fortalece-se a luta dos resineiros

Os trabalhadores resineiros muito justamente recusam-se a aceitar este fatalismo, fortalecendo os seus sindicatos, lutando contra as arbitrariedades de que são vítimas e por melhores condições de trabalho, melhores salários e pelas regalias sociais que de há muito os restantes trabalhadores conquistaram e gozam.

A resposta das firmas não se fez esperar muito, sobretudo na região das Beiras e em especial no Distrito de Coimbra, onde a luta dos trabalhadores resineiros mais se tem desenvolvido.

Aliás, é no Centro que se extrai cerca de 90% da produção de resina do país. Nos distritos de Viseu, Coimbra, Leiria e Castelo Branco, com menos de metade de área nacional de pinhal bravo, extrai-se 3/4 da produção nacional de resina.

Entre outras a firma Manuel Gamelro Sisudo, da Figueira da Foz, apressou-se a livrar responsabilidades e encargos futuros: propôs aos resineiros, que até ao fim da campanha de 1977 trabalhavam por conta directa da firma ganhando um salário de 180\$00/dia, que passassem a trabalhar por conta própria, responsabilizando-se a fábrica apenas por lhes pagar a resina. Mas os resineiros viram o alcance desta manobra, e muito justamente diziam que a firma os queria passar a patrões mas

não lhes passava os lucros.

Como resultado da luta dos resineiros a firma recuou, aceitou os trabalhadores a resinar por sua conta mas impôs como forma de pagamento o quilo, não sem afirmar que era um ano de experiência para se habituarem.

Isto significa apenas que na presente campanha vai tentar seleccionar alguns resineiros e aliciá-los para passarem à qualidade de fornecedores, e assim, de patrões dos seus colegas.

No Distrito de Coimbra, se tal viesse a acontecer, ficaria assim concluído o processo de transferência para os trabalhadores dos encargos e responsabilidades que apenas aos industriais competiam.

Consideram os trabalhadores e as suas organizações sindicais que o que há a fazer é exactamente o contrário: devolver estes encargos e estas responsabilidades às fábricas, já que é lá que ficam os lucros desta actividade.

Só assim será possível dar aos resineiros direitos e regalias que há muitos anos lhes são devidos: as férias, os feriados, o 13.º mês, a protecção contra o desemprego e a assistência médica e medicamentosa da Previdência.

É urgente que os ministérios responsáveis resolvam esta situação. Porque, tal como as coisas andam, regista-se que muitos pequenos proprietários de pinhal preferem lê-los em repouso a aliá-los sem saber por que preço, nem quando receberão o seu dinheiro; muitos resineiros desistem da sua profissão, pelo que em certas regiões já não há resineiros com menos de 45 anos.

Os interesses da economia do país, e em especial a necessidade de reduzir o défice do comércio externo, exigem que se proteja este sector da resina, e portanto os resineiros que a extraem.

UCPs de Setúbal dão exemplo de incentivo à pecuária

Eis alguns planos dos efectivos pecuários pelo qual lutam UCPs e Cooperativas do distrito de Setúbal:

— UCP «Boa Lembrança» — passar o número de vacas de ventre de 11 para 20 e adquirir 60 a 70 cabras;

— UCP «Cravos Vermelhos» — aumentaram já a área forrageira para alimentação do gado vacum; as ovelhas aumentarão de 200 para 300;

— UCP «Passos de Lenine» — aumento de vacas de ventre de 70 para 80, gado leiteiro de 45 para 55; aumento da área de forragem, construção de um silo; aumento do número de cabras;

— UCP «Estrela da Liberdade» — aumento das ovelhas de 1200 para 1500; construção de um silo;

— UCP «27 de Outubro» — aumento das vacas de ventre em mais 50% e as ovelhas de 300 para 400; aumento da produção de forragem e construção de dois silos;

— UCP «Unidade» — aumento da área de forragem em 20 ha; aumento das vacas leiteiras de 5 para 25; construção de dois silos;

— UCP «Evaristo Gago» — trabalham para aumentar o gado vacum e produzir mais forragem;

— UCP de Casabres — aumento das vacas leiteiras de 20 para 50; construção de pequena barragem de terra;

— UCP «15 de Outubro» — o gado vacum passará de 20 para 40 vacas criadeiras, as cabras de 117 para 200;

— UCP «Boa Esperança» — as vacas aumentarão de 136 para 160 e as cabras de 95 para 200; aumento da área forrageira;

— UCP «Revolução 25 de Abril» — construção de dois silos; aumento da produção forrageira;

— UCP «União faz a força» — aumentos de 19 para 30 bezerros e de ovelhas de 115 para 200;

— UCP «Che Guevara» — aumento das vacas de 46 para 60 e das ovelhas de 400 para 500; construção de um silo;

— UCP «Alvorada de Morgavel» — aumento das vacas de 38 para 70;

— UCP «Conqueiros» — aumento das ovelhas de 100 para 350 e das vacas de 30 para 70; construção de dois silos e sementeira de forragem em mais 70 ha;

— UCP «Tem que ir» — aumento das vacas de 54 para 73 e das cabras de 168 para 205;

— UCP «Fidel de Castro» — aumento das vacas de 50 para 60;

— UCP «Romão do Sado» — aumento para 160 bovinos; mais 55 ha de forragem;

— UCP «Sesmarias e Vale da Balsa» — compra de 25 vacas leiteiras; instalar ordenha mecânica e 25 ha de forragem; aumentar o efectivo caprino de 368 para 400; construção de um silo.

Agricultores contra o aumento de preço dos adubos

De norte a sul do país cresce o movimento de protesto de pequenos e médios agricultores contra o aumento do preço dos adubos que vem sobrecarregar ainda mais a lavoura. Sucedem-se os encontros de lavradores discutindo e denunciando publicamente o repúdio por mais este projectado agravamento do preço dos factores de produção extraordinariamente encarecidos nestes dois últimos anos.



Entretanto, na expectativa do aumento, intermediários fazem agarramento de adubos — denunciam organizações de pequenos e médios agricultores e de assalariados rurais do Norte. E acrescentam a sua indignação por, mais uma vez, as organizações representativas da lavoura não terem sido ouvidas. A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, debatendo a questão, denuncia que o aumento dos adubos, que poderá atingir os 60%, criará inevitavelmente uma situação insustentável para a agricultura e apela «ao ministro da Agricultura e Pescas e a todos os órgãos das autarquias locais para que intercedam junto dos responsáveis contra a subida dos adubos». «Mais do que outros» — acrescenta a Aliança das Ligas do Norte — «devem compreender e têm por obrigação defender o processo da agricultura e os interesses dos agricultores».

Emigrantes na campanha de apoio da CGTP a cooperativas dos Açores

Um núcleo de emigrantes portugueses radicados em Montreal, no Canadá, entregaram a cooperativas agrícolas dos Açores centenas de milhares de escudos, informa um comunicado das cooperativas daquela ilha, «A Estufa», de Fajã de Baixo, «União de Camponeses das Capelas» e «Os Camponeses da Achada».

Este apoio da emigração insere-se na campanha que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional desenvolve de apoio às cooperativas de pequenos agricultores e às organizações de trabalhadores dos Açores. Esta campanha resultou já na oferta de quatro milhões de escudos em material a cooperativas do Pico, de S. Miguel e da Terceira.

UCP «Salvador joaquim do Pomar» fez anos

O aniversário da UCP «Salvador Joaquim do Pomar» em Santiago do Escoural, Montemor-o-Novo, comemorado no passado fim-de-semana, fez acorrer muitos trabalhadores e população da região ao Escoural onde se viveu mais uma jornada de convívio e de solidariedade na defesa da Reforma Agrária.

Despedimento arbitrário de trabalhadores em Santarém

O agrário Fernando Luís de Sommer Andrade, do Aripado — Chamusca, despediu arbitrariamente cinco trabalhadores rurais, alguns deles com mais de 30 anos de casa. Alegando dificuldades económicas motivadas pelos prejuízos causados pelas cheias, o agrário lançou para o desemprego trabalhadores com família a sustentar. Isto quando existem mecanismos próprios, a nível governamental, para enfrentar as consequências das inundações. Apoiados pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito de Santarém, os trabalhadores lutam contra mais esta ilegalidade dos senhores agrários.

Problemas da agricultura da Região das Beiras

A perspectiva do aumento dos adubos vem, de novo, atrair as atenções para a angustiante situação da lavoura portuguesa, para os milhares de pequenos e médios agricultores debatendo-se com o problema da sobrevivência. A questão do preço dos adubos não pode constituir um ponto de conflito entre as empresas produtoras, hoje nacionalizadas, e os pequenos e médios agricultores. Deve encontrar-se uma solução que obrigatoriamente não agrave ainda mais a situação da pequena e média lavoura.

Nas Beiras, como aliás por todo o país, com maior ou menor intensidade, os pequenos e médios agricultores interrogam-se: Depois das rações, das máquinas, das taxas de crédito... será que querem dar cabo da agricultura?

E em resposta sintetizam a sua aspiração mais profunda, a solução que corresponde não somente aos seus interesses enquanto trabalhadores e camada produtiva das mais importantes, mas também aos interesses do próprio país:

«Se a lavoura, está mal, se a vida dos agricultores é cada dia mais difícil, o que há a fazer é apoiar a lavoura e não criar-nos novas dificuldades».

As dificuldades dos agricultores das Beiras não diferem das dos outros pequenos e médios agricultores do país.

São, na generalidade: — os preços dos produtos agrícolas que, além de não serem justos, são fixados sem que as

legítimas organizações da lavoura, (e não a organização fantoche do agrário, a CAP), sejam ouvidas e quase sempre depois das sementeiras, quando devia ser o inverso;

— são as dificuldades do escoamento destes mesmos produtos, os pagamentos que deviam ser a pronto, a ineficácia dos organismos de intervenção (JNPP, JNV, IC, JNF), que quase não intervêm;

— é o aumento brutal, que não se vê aonde vai parar, dos factores de produção tais como rações, pesticidas, adubos e outros;

e o aumento descontrolado do aluguer das máquinas agrícolas;

— a subida sucessiva e intensa das taxas de juro que tornam quase impossível o acesso dos agricultores ao crédito;

— a criação urgente de um Seguro Nacional Agro-Pecuário;

— a falta de apoio técnico que entre outros problemas, ocasiona, por exemplo, que o arroz que devia estar num terreno o máximo cinco



"Será que nos querem dar cabo da agricultura?"

anos, permaneça nas mesmas terras dezenas de anos, o que origina produções, em algumas zonas, de 3600 kg/ha, portanto inferiores à média nacional.

Para lá destes problemas gerais,

os pequenos e médios agricultores das Beiras debatem-se com problemas específicos que advêm das características da agricultura da região. Entre estes, os temporais dos dois últimos anos

que provocaram o apodrecimento de culturas e o aparcamento de pragas, saldando-se em terríveis prejuízos.

Das indemnizações continuamente devidas à lavoura, aos agricultores do Baixo Mondego falta-lhes receber 15 mil dos 50 mil contos prometidos pelo Governo relativamente às inundações de 1976 (porque quanto às de 1977 nada lhes foi atribuído).

Outro problema com este relacionado, e pelo qual se bate a lavoura da região, é o das obras de regularização do Mondego, necessárias para evitar as cheias e permitir melhores produções, mas que não podem nem devem realizar-se com prejuízo nem que seja de um só agricultor: «se as obras inutilizarem terras numa dada região, o Estado deverá comprar outras e deverá dar as que foram recuperadas pelas obras aos agricultores atingidos». E ainda o problema do leite, do qual requerem a abolição da classe C, o aumento da classe B e a continuação do subsídio de 80\$ para as salas de ordenha colectiva e de refrigeração. Acrescente-se o problema da urgência da revisão dos preços do suíno e bovino e ter-se-á, em síntese, as maiores questões que afligem os agricultores das Beiras.

A consciência de que os problemas só encontrarão solução se os próprios agricultores

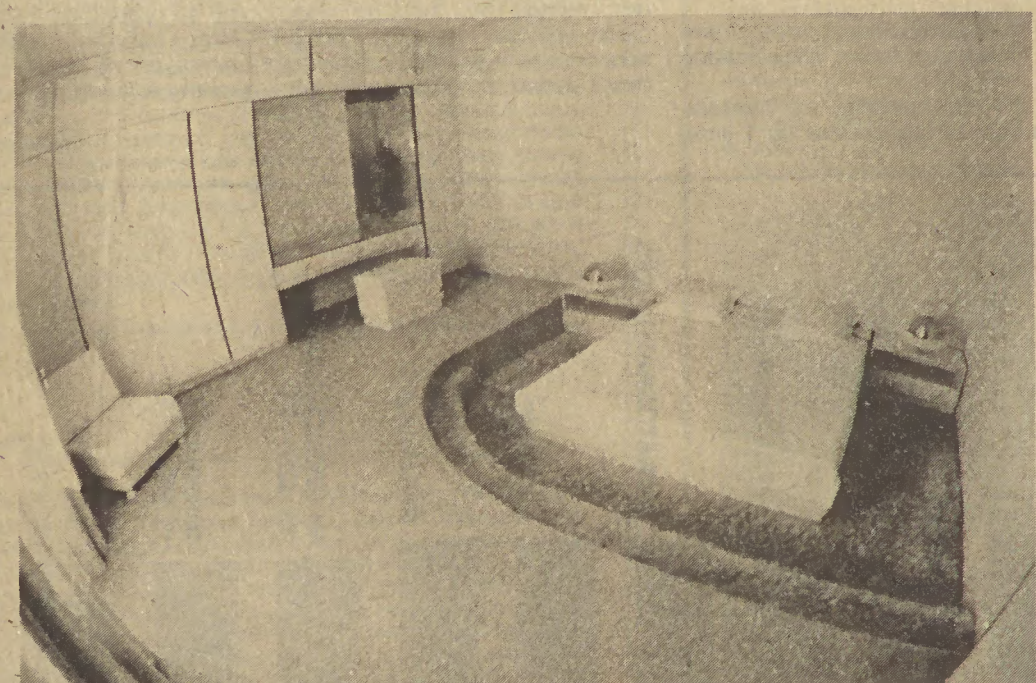
soubessem unir-se e organizar-se, desperta lenta mas seguramente no campesinato das Beiras.

Dinamiza-se o movimento de pequenos e médios agricultores

Como sintoma deste despertar, a opinião pública assiste à imensa luta dos reideiros da região e à crescente dinamização do movimento camponês do qual os encontros dos agricultores do Baixo Mondego e dos agricultores da Cova da Beira constituem um exemplo a reter como estímulo aos pequenos e médios agricultores de todo o país. Em aldeias e lugares, a preparação destes encontros faz sair do isolamento das suas parcelas muitas centenas de agricultores que se encontraram discutindo a sua sorte à tardinha nos largos ou à saída da missa. E apesar das dificuldades, particularmente de transportes — as excursões pela hora da morte e a terra sem dar, dificuldades superadas pela organização de caravanas de tractores com reboque — nos dois encontros, participaram cerca de 2 500 pequenos e médios agricultores das Beiras. Uma força que desponta na defesa não só dos seus interesses específicos mas na defesa de um país com uma agricultura próspera, com uma economia independente — condições fundamentais de um Estado democrático e livre.

Dois mundos: o do ócio e o do trabalho

Esta a diferença entre os quartos das casas dos latifundiários e os melhores quartos dos trabalhadores... Esta a diferença que alguns, os reacconários, os saudosistas do fascismo, pretendem perpetuar. Este um aspecto das condições de vida a que o fascismo votou as massas trabalhadoras: em cada 100 casas, 82 sem casa-de-banho; 62 sem esgotos; 53 sem retrete; 72 sem água canalizada. E 2 milhões de portugueses sem electricidade, ou seja, um em cada cinco cidadãos



A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

1. Os teóricos do oportunismo procuravam nos novos fenómenos da época imperialista uma fundamentação para as suas afirmações de que o capitalismo tinha adquirido um carácter «organizado», planificado, tentavam justificar a sua renúncia à revolução. Lenine travou uma luta intransigente contra os defensores do imperialismo. Demonstrou que no imperialismo se mantêm todas as características do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção, as relações de exploração dos operários assalariados pelos capitalistas, uma distribuição que leva à riqueza de uns e à miséria de outros, relações antagónicas entre o proletariado e a burguesia. Mantém-se também, ainda que com as suas particularidades, todas as leis económicas do capitalismo: a lei da mais-valia, a lei geral da acumulação capitalista, a lei da concorrência e da anarquia da produção. O imperialismo não é mais

O reforço da reacção política levou ao fascismo. E, de facto, o imperialismo engendrou o fascismo, a ditadura terrorista do capital financeiro, com o seu cortejo de crimes, políticas políticas e campos de concentração ou em terror em massa.

«A subida do fascismo ao Poder não é a vulgar substituição de um governo

anos de terríveis sofrimentos para o nosso povo. O assassinato de milhares de pessoas, a tragédia dos desaparecimentos, as horríveis torturas, as prisões em campos de concentração ou em cárceres, os desaparecimentos, as detenções arbitrárias, as operações militares sobre aldeias inteiras, o desterro, a expulsão de operários e empregados do seu trabalho, o afastamento de professores e alunos dos liceus e universidades, os atentados à cultura nacional (...) atingiram centenas de milhares de lugares, milhões de chilenos».

(Luís Corvalán, «A Revolução Chilena»).

4. Tendo demonstrado que o imperialismo significava a reacção em toda a linha, Lenine sublinhou a importância crescente da luta pela democracia, declarando que a classe operária e o seu partido deviam saber unir a luta pela democracia à luta pela revolução socialista.

Na época do imperialismo, em que se agravam de forma extrema as contradições entre o trabalho e o capital, e em que, muitas vezes, a burguesia se decide por um acordo com as forças da reacção, a classe operária é a mais consequente lutadora pela democracia. A hegemonia do proletariado assegura a vitória da revolução democrática e permite que se transforme posteriormente em revolução socialista. O campesinato, que tem todo o interesse na abolição do grande latifúndio e na liquidação de todas as sobrevivências do feudalismo, deve tornar-se um aliado seguro da classe operária. E é a instauração de um poder democrático revolucionário e não o acesso da burguesia ao Poder, que leva à vitória da revolução democrática.

Mas, nos nossos dias, as revoluções democráticas não são tanto antifeudais, são sobretudo antimonopolistas. Estão mais perto das revoluções socialistas. (...) No processo da luta antimonopolista por transformações democráticas estabelecem-se uma ligação orgânica entre o processo democrático e o processo socialista. Nisto se revela a continuidade da acção revolucionária e do aumento da massa humana que nela participa. No curso da luta pela democracia as massas preparam-se para participar activamente na revolução e criam-se condições para as batalhas decisivas contra a oligarquia monopolista e pela vitória da revolução socialista».

(V. Zagladine, «O Movimento Comunista Internacional — ensaio de estratégia e tática» e ainda o artigo de Lenine «Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática», Obras Escolhidas, vol. I).



burguês por outro, mas a substituição de uma forma estatal de domínio de classe da burguesia (a democracia burguesa), por outra, a ditadura terrorista aberta» — sublinhava George Dimitrov. E acrescentava: «Desconhecer esta situação seria um erro grave, que impediria o proletariado revolucionário de mobilizar as mais amplas camadas de trabalhadores da cidade e do campo para a luta contra a ameaça da tomada do poder pelos fascistas e de utilizar as contradições existentes no campo da própria burguesia. Mas é uma falta não menos grave e não menos perigosa subestimar a importância de que, para a instauração da ditadura fascista, se revestem as medidas reaccionárias da burguesia que hoje se estão agravando nos países de democracia burguesa e que reprimem as liberdades democráticas dos trabalhadores, falseiam e deturpam os direitos do Parlamento, acentuam a repressão contra o movimento revolucionário».

(G. Dimitrov, «Páginas de uma vida heroica», Edições «Avante!»).

3. A manifestação mais sinistra do fascismo foi como sabemos o regime hitleriano. Mas o fascismo não é uma simples recordação do passado. Aí, onde os exploradores não conseguem garantir a «ordem» do grande capital nos quadros da democracia burguesa, recorrem frequentemente a regimes claramente terroristas de carácter



fascista. Assim sucedeu em muitos países da América Latina, como por exemplo no Chile.

É bom que recordemos Luís Corvalán: «Estes quatro anos de ditadura fascista foram

Temas vários

Continuamos a publicação, iniciada na última semana, dos textos de algumas das comunicações apresentadas à I Assembleia da Organização de Artes e Letras da ORL do PCP — o levantamento, o debate e as tarefas inadiáveis de uma política cultural de massas, propostos pelos trabalhadores intelectuais comunistas a todos os trabalhadores, a todos os homens e mulheres progressistas do nosso País.

O texto de hoje fala-nos do cinema que vemos (quando vemos...) e do falso exercício de liberdade que é pegar no jornal e escolher «o filme para hoje» quando, como se demonstra, a selecção é prévia e faz-se pelo monopólio da distribuição cinematográfica, ao serviço do lucro e da propaganda ideológica do imperialismo.

A importação e distribuição de filmes em Portugal



A Célula do CINEMA, em que milito, incumbiu-me de preparar uma intervenção tratando de um aspecto particular da importação/distribuição de filmes em Portugal durante os 4 anos após o 25 de Abril, exactamente nos 48 meses desde Maio de 1974 até Abril de 1978.

A intervenção consiste num estudo preliminar sobre 2100 longas-metragens visionadas na Comissão Etária (hoje Comissão de Classificação de Espectáculos) nesses 48 meses, tendo em conta os seguintes aspectos:

1. Os países de origem das produções
2. Os importadores/distribuidores
3. As classificações etárias atribuídas.

Podemos começar por afirmar que, contando entre estes filmes alguns em reposição (frequentemente com importação de novas cópias) e descontando as pouquíssimas produções portuguesas, têm vindo a ser importadas nestes 4 anos mais de 500 longas-metragens, em média, por ano.

1. origem

Os 2100 filmes em causa são provenientes de 37 países, mas, tendo em conta o número de unidades vindas de cada país, podemos estabelecer três grupos bem caracterizados, quanto à ORIGEM.

O primeiro é constituído por 4 países que, no conjunto, forneceram cerca de 78% das fitas destes 4 anos, assim dispostos por ordem decrescente:

1.º América do Norte	com	510 filmes, ou seja 24,3%
2.º Itália	com	434 filmes, ou seja 20,7%
3.º França	com	371 filmes, ou seja 17,7%
4.º Inglaterra	com	320 filmes, ou seja 15,2%
Total		1 635 filmes, ou seja 77,9%

O segundo grupo, a grande distância do primeiro, é constituído pelos países que nestes 48 meses forneceram mais de 20 filmes, até 64. São 7 esses países que se dispõem pela seguinte ordem decrescente:

1.º Alemanha Federal	com	64 filmes, ou seja 3,04%
2.º Índia	com	39 filmes, ou seja 1,85%
3.º Suécia	com	37 filmes, ou seja 1,76%
4.º Espanha	com	36 filmes, ou seja 1,71%
5.º URSS	com	28 filmes, ou seja 1,33%
6.º Brasil	com	28 filmes, ou seja 1,33%
7.º Portugal	com	21 filmes, ou seja 1,00%
Total		253 filmes, ou seja 12,04%

Embora muito distintos no número de filmes, somente estes dois grupos de apenas 477 países forneceram 1888 filmes, ou seja, 89,9% dos filmes que passaram pela Comissão Etária.

O terceiro grupo é constituído pelos restantes países (26) de onde vieram entre 1 e 20 filmes para passarem em circuito comercial, em mostras ou em ciclos, nestes 4 anos. Dessa origem são, pois, os 212 filmes que constituem os 10,09% que os dois primeiros grupos não abrangeram.

2. Importação/distribuição

Foram 51 as firmas ou entidades que se apresentaram como distribuidores dos 2100 filmes, e que dividimos em 4 grupos:

O primeiro é constituído pelos distribuidores que apresentaram para classificação etária mais de 100 filmes (em média de 25 a 80 filmes por ano). São eles, por ordem decrescente os 6 seguintes:

1.º Castelo Lopes	com	310 filmes, ou seja 14,9%
2.º Columbia-W.	com	182 filmes, ou seja 8,8%
3.º Lusomundo	com	177 filmes, ou seja 8,5%
4.º Doperfilme	com	140 filmes, ou seja 6,7%
5.º Mundial Filmes	com	111 filmes, ou seja 5,3%
6.º Sonoro Filmes	com	102 filmes, ou seja 4,9%
Total		1022 filmes, ou seja 49,2%

O segundo grupo abrange distribuidores que enviaram à Comissão Etária de 41 a 85 filmes, ou seja, em média de 10 a 20 filmes por ano.

São 14 distribuidores que dispuseram de 1,9% a 3,9%, num total de 43,4% — 902 filmes:

1.º SIF (Soc. Import. de Filmes)	—	85 filmes
2.º Talma	—	84 filmes
3.º Rank	—	80 filmes
4.º Distribuidores Reunidos	—	79 filmes
5.º Exclusivo Triunfo	—	78 filmes
6.º Filmes Ocidente	—	68 filmes
7.º Astória Filmes	—	64 filmes
8.º Filmitalus	—	60 filmes
9.º Animatógrafo	—	55 filmes
10.º Sofilmes	—	54 filmes
11.º Rivus	—	53 filmes
12.º Internacional	—	51 filmes
13.º Imperial Filmes	—	50 filmes
14.º SACIL	—	40 filmes

O 1.º e o 2.º grupos, num total de 20 distribuidores dispuseram, assim, de cerca de 93% dos filmes que foram classificados etariamente.

O terceiro grupo engloba 23 distribuidores ou pessoas singulares que neste 48 meses apenas dispuseram de 1 filme

(houve 7 neste caso), até outros 3 que dispuseram respectivamente de 16, 19 e 23 filmes. Em conjunto apresentaram à Comissão Etária apenas 120 filmes — pouco mais de 5% do total.

Os restantes filmes, veiculados pelas Associações Portugal-Bulgária, Checoslováquia, Cuba, RDA, URSS, Embaixadas da URSS e do Canadá e, ainda, Associações de Amizade Portugal-Albânia e Portugal-China, foram apenas 1,6% do total.

3. Classificações etárias

As classificações etárias atribuídas aos filmes têm também algum interesse.

Deve ter-se em conta que as classificações de «Não Aconselhável a menores de 18 anos» ou de «Interdito a menores de 18 anos», dum modo geral, significam que os filmes veiculam aspectos, factos ou cenas vivas, porventura traumatizantes, nomeadamente de violência ou sexo (embora sem preocupação moralizante). Assim sendo, o «corte» ao nível dos «18 anos» permite estabelecer uma análise quantitativa de algum modo significativa.

Assim é que, tendo em conta a ORIGEM dos filmes, o 1.º grupo que atrás referimos de filmes americanos, italianos, franceses e ingleses (77,9% do total, recordamos), quando considerado no seu conjunto, se divide da seguinte maneira:

- 57% dos filmes são não aconselháveis ou interditos aos menores de 18 anos; e
- 43% apenas são para o público com menos de 18 anos.

Se a este juntarmos os filmes alemães federais, espanhóis, brasileiros e suecos, a percentagem da primeira parte sobe de 57% para 58% e isto num total de mais de 1800 filmes ou seja mais de 85% dos filmes classificados nos 48 meses em questão. Inversamente os filmes de outras proveniências (menos de 15% do total) apresentam:

- 56% dos filmes para menores de 18 anos e
- 44% não aconselháveis ou interditos a menores de 18 anos.

Relativamente aos importadores/distribuidores, dado o seu grande número e a sua diversidade ainda não está completa a análise das classificações etárias. Contudo, apresentaremos seis exemplos que julgamos bons índices, referindo sempre os dois grupos etários: 1.º o de «todos» e «não aconselhável a menores de 13 anos» e em segundo lugar os «não aconselháveis» ou «interditos a menores de 18 anos».

Eis os exemplos escolhidos:

1.º Castelo Lopes	(310 filmes): 43% e 57%
2.º Rank	(80 filmes): 46% e 54%
3.º Animatógrafo	(55 filmes): 56% e 44%
4.º SACIL	(42 filmes): 31% e 69%
5.º Deva-Filmes	(23 filmes): 26% e 74%
6.º Associações e Embaixadas	(34 filmes): 92% e 8%

Como se vê, os casos extremos, em que as posições se invertem, são o conjunto de filmes das Associações e Embaixadas, em que 82% são para o grande público (e mais jovem) sem que um só dos restantes 18% tenha sido classificado de «interdito a menores de 18 anos», e as duas pequenas distribuidoras DEVA e SACIL, somente com 26% e 31% para os mais jovens e 74% e 69% para os de mais de 18 anos, sendo que a DEVA apresenta 16 «interditos a menores de 18» (em 23) e a SACIL, 22 filmes também «interditos a menores de 18 anos», em 44.

A grande distribuidora CASTELLO LOPES dá o tom geral de um mercado que se dirige a certo público de preferência «mais idoso».

A RANK e a ANIMATÓGRAFO invertem as posições em 10% em relação às médias, dando a ANIMATÓGRAFO vantagem ao público mais jovem.

4. Conclusões gerais

1.ª — Da análise dos números conclui-se com facilidade e certeza que o cinema que se vê em Portugal é, não só estrangeiro, mas só na aparência se poderia dizer diversificado quanto à sua proveniência. O número de 37 países de origem é mera «cortina de fumo».

A dominação dos países capitalistas é não só flagrante e avassaladora, (somente 4 países ocupam 4/5 do mercado), como contrária, na generalidade, aos interesses culturais, ideológicos e económicos do nosso Povo.

2.ª — A distribuição aparentemente pulverizada no grande número (lembramos que são 43) serve apenas para encobrir a dominância das grandes multinacionais em coligação com o capitalismo no nosso País. De facto, a quase totalidade das empresas de distribuição, sem autonomia económica e comercial, vive parasitariamente das grandes, servindo-lhes de capa e promovendo e colocando o produto de péssima qualidade que lhes é imposto pelas grandes organizações do comércio do filme.

3.ª — No nosso País, e no campo dos filmes para circuito comercial, nenhuma abertura foi, de facto, visível, com vista a estabelecer-se relações de comércio cinematográfico diversificado e significativo com outros países que não os imperialistas, ou a eles sujeitos. Praticamente, as produções cinematográficas de todos os países do Mundo, exceptuando a escassa meia dúzia já citada, estão vedadas aos portugueses.

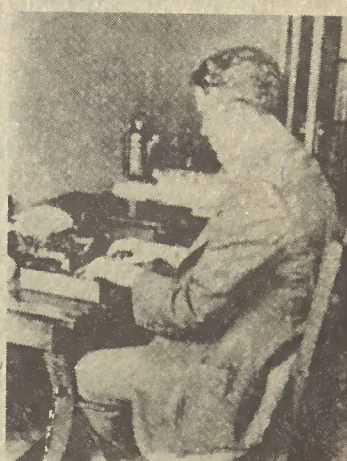
4.ª — Para fazer face a esta aviltante situação impõem-se, evidentemente, muitas medidas, mas é urgente que se constituam no Partido (e não só no Partido) grupos de trabalho que preparem, analisem e estudem profundamente documentos referentes ao modo como se organiza e funciona o comércio do cinema em Portugal. Levar a cabo esta tarefa difícil será contribuir, modesta mas seguramente, para a transformação desta sociedade que com firmeza, queremos modificar.

Henrique Pina

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em

língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



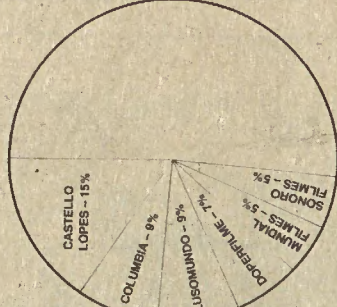
edições Avante!



PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

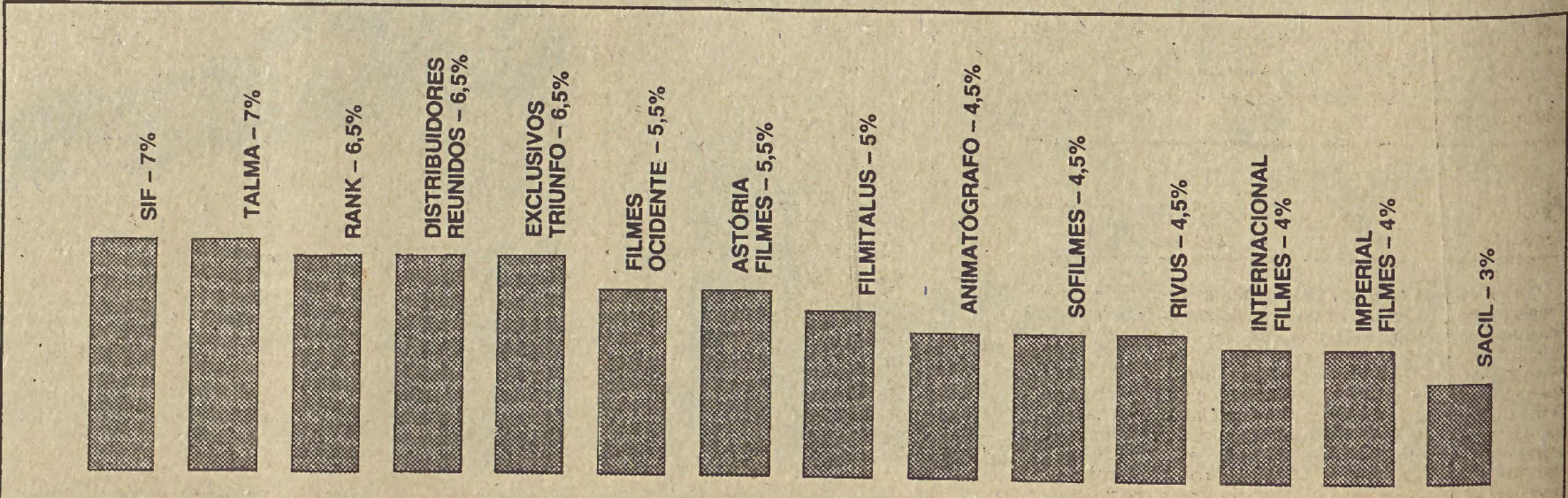
Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Designar o número do volume _____

Para o respectivo pagamento enviar esc. _____
em cheque, vale de correio n.º _____ para a CDL,
Departamento de Venda Directa — Rua Pedro
Nunes, 9-A Lisboa 1



Seis empresas dominam metade do mercado de distribuição de filmes em Portugal

A outra metade do mercado divide-se por 14 distribuidoras com um total de 43,4% e 902 filmes



Semana

2
Quarta-feira

1945 — Termina a Conferência de Potsdam entre os chefes de Estado da URSS, EUA e Grã-Bretanha.

O líder da oposição na Câmara dos Deputados brasileira, Tancredo Neves, declara que o regime militar assumiu o poder em 1964 "em nome da democracia e do combate à corrupção, mas acabou por destruir a primeira e institucionalizar a segunda". ■ A imprensa de Teerão revela que perderam a vida sete pessoas, dezenas de outras ficaram feridas e mais de 300 foram presas durante motins contra o governo ditatorial do Xá ocorridos em 13 cidades e vilas iranianas, após cerimônias fúnebres muçulmanas, na semana passada. ■ O Grande Juri Federal de Washington acusa oficialmente o general na reserva chileno, ex-chefe da DINA e cunhado de Pinochet, Manuel Contreras Sepúlveda, de ser o responsável pelo assassinio à bomba, em plena rua de Washington, do ex-MNE do Governo da Unidade Popular, Orlando Letelier. ■ Por uma escassa maioria de três votos, a Câmara dos Representantes dos EUA anula definitivamente o embargo parcial imposto há três anos sobre a venda de armas à Turquia. ■ A nave espacial não tripulada "Progress-2" separa-se da "Saliut-6", o laboratório soviético em órbita, três semanas depois de ter atracado com uma carga de combustível e abastecimentos. ■ Avões de guerra sionistas atacam bases de guerrilheiros palestinos no sul do Líbano, a cerca de 15 km ao sul de Sidon.

3
Quinta-feira

1961 — Início da luta de libertação do povo da Guiné-Bissau.

Apoiadas por Israel, as milícias maronitas do sul do Líbano, ramo local das forças fascistas cristãs, abrem fogo contra as unidades da ONU e do Exército libanês. ■ A Câmara dos Representantes dos EUA decide por 280 votos contra 103, cortar todo o auxílio externo à Síria, no valor de 90 milhões de dólares. ■ Num raro processo de voto, a Câmara dos Representantes dos EUA revoga uma decisão que havia tomado poucas horas antes e decide continuar a enviar armas para o Chile, de Pinochet. ■ O secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, afirma numa entrevista ao jornal "La Repubblica", que o seu partido está disposto a abandonar a maioria parlamentar onde entrou em 16 de Março último, se o governo não aplicar o programa nos prazos previstos. ■ Os controladores aéreos franceses suspendem a sua greve após concordarem em negociar as suas reivindicações no próximo dia oito. ■ Segundo a agência espanhola EFE, são detidos oito dirigentes sindicais da Federação Nacional dos Trabalhadores das Minas do Peru. ■ Chega à Maputo mais um grupo de 80 indivíduos abrangidos pela medida de clemência que permite a entrada em Moçambique de antigos residentes expulsos do país por terem renunciado à nacionalidade moçambicana. ■ A União Soviética bate o recorde do total de permanência humana no cosmos, de 97 dias, que pertencia aos americanos; esse êxito foi alcançado pela actual tripulação da estação espacial Saliut-6".

4
Sexta-feira

1914 — Começa a Primeira Guerra Mundial.

O secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance chega a Israel para tentar "reanimar" as conversações directas israelo-egípcias. ■ A Frente de Libertação Nacional do Congo (FLNC) afirma, num comunicado divulgado em Paris, a sua determinação de continuar a sua luta contra o regime reaccionário de Mobutu. ■ Um grave conflito surge no seio do Conselho Nacional Africano Unido (UANC) do bispo Abul Muzorewa, suscitando-se assim nova dúvida sobre a sobrevivência do "governo multirracial" de Smith-"moderados". ■ O Líbano acusa Israel, nas Nações Unidas, de ter bombardeado tropas libanesas em missão de paz e soberania no sul do país. ■ A Câmara dos Representantes dos EUA adia, para Setembro, após dois dias e meio de discussões, o estudo do projecto de lei sobre ajuda externa, no valor de milhares de milhões de dólares. ■ O Congresso dos EUA autoriza o montante de 37 000 milhões de dólares de despesas de armamento durante o exercício de 1979. ■ O Conselho das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais (UNESCO) aprova, em Genebra, uma resolução por 35 votos contra 4, que solicita aos países membros que deixem de fornecer petróleo e suspendam os investimentos à África do Sul.

5
Sábado

1969 — Primeiro ataque da aviação norte-americana contra a R.D. do Vietname.

Três homens armados assaltam a missão da Organização de Libertação da Palestina em Islamabad, cidade do Paquistão, matando quatro pessoas: um polícia e três palestinos. ■ Jeremy Thorpe, antigo secretário do Partido Liberal britânico, é acusado de uma conjura para assassinar um homem que afirmou ter tido com ele relações homossexuais. ■ Uma delegação chinesa parte para Hanói para conversações com a República Socialista do Vietname sobre a questão de pessoas de etnia chinesa que tem causado atritos entre os dois países.

6
Domingo

1945 — Os norte-americanos destroem Hiroshima com uma bomba atómica, matando mais de 200 000 pessoas.

Morre o papa Paulo VI na sua residência de Verão de Castelgandolfo, vítima de um ataque cardíaco complicado por edema pulmonar; tinha 80 anos e o seu pontificado durou 15. ■ Chega à Namíbia um enviado especial das Nações Unidas acompanhado por uma missão de cerca de 50 pessoas. ■ Explodem 12 bombas em Atenas (Grécia) e arredores, causando um ferido ligeiro e destruindo duas viaturas. ■ Grandes inundações na Índia deixam isoladas pelo menos 92 aldeias e mais de 25 mil pessoas. ■ O bispo Abel Musorewa, um dos elementos do governo fantoche de transição, na Rodésia, ataca-o por este procurar atingir um acordo interno sem a participação dos líderes guerrilheiros, referindo-se ao primeiro-ministro Ian Smith como sendo racista e os seus camaradas negros do governo como "pequenos pais-Tomás".

7
Segunda-feira

1989 — Abre em Eisenach o Congresso de fundação do Partido Social-Democrata Alemão.

O presidente Carter, dos EUA, declara que os EUA continuarão a desenvolver o seu poderio nuclear, como "aviso" a potenciais inimigos e também para dar "garantias a amigos". ■ Começam as conversações entre o enviado especial da ONU para a Namíbia, Martin Anisari, e o administrador-geral do território, nomeado por Pretória, Martinus Steyn. ■ O presidente Sadat, do Egipto, forma o comité do seu novo partido político, denominado Partido Nacional Democrata. ■ O partido governamental espanhol, União do Centro Democrático (UCD) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) rompem o consenso que tinham estabelecido para os debates constitucionais no Congresso, e que deveriam ter-se prolongado no Senado. ■ O presidente das Honduras, general Juan Alberto Melgar, é demitido por um golpe de Estado militar, sendo substituído por uma Junta Militar de três membros. ■ O "governo de transição" da Rodésia dá os últimos retoques aos seus projectos para a "abolição" da discriminação racial. ■ Juliú Cesar Turbay Ayaia toma posse do cargo de presidente da Colômbia no palácio de Bogotá.

8
Terça-feira

1945 — Togliatti é eleito secretário-geral do Partido Comunista Italiano.

O ministro-presidente do Baden-Wurtemberg (RFA), Hans Filbinger, demite-se das suas funções depois da descoberta do seu passado nazi. ■ O Laos acusa os EUA de quererem impor o seu domínio económico à região do Sueste asiático. ■ É lançada do Cabo Kennedy (EUA) uma nave não tripulada, a "Vénus-2", que transporta uma sonda para estudar a atmosfera de Vénus. ■ São presas mais de setenta pessoas no Oregon e na Califórnia na sequência de manifestações antinucleares pelo 33.º aniversário da bomba de Hiroshima. ■ O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, reencontra-se em Alexandria com o presidente Sadat, com vista a recomençar as conversações do Egipto com os sionistas.

América Latina
crise do fascismo

O general Manuel Contreras Sepúlveda, que se demitiu, estrategicamente, em Março passado, de chefe da DINA, polícia política de Pinochet (actualmente CNI), foi preso em Santiago do Chile. A prisão deve-se à incriminação, por um grande júri federal dos EUA, de conspiração para o assassinato de Orlando Letelier, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Unidade Popular de Allende. Foram igualmente incriminados outros agentes da DINA, nomeadamente Pedro Espinoza e Armando Fernandez.

As prisões efectuadas após uma recusa inicial da Junta fascista do Chile — o que acarretou uma certa tensão nas relações com Washington, a querer demarcar-se do regime que outrora ajudou, de forma determinante, a impor — foram acompanhadas de uma nota oficial que, afirmando que esta diligência não constituía prova de culpabilidade, acrescentava: «a cooperação do governo chileno foi essencial para o progresso das investigações, como reconheceu o secretário de Estado norte-americano» (!!!).

Acompanhando estes factos, que confirmam o papel da DINA e da própria Junta no assassinato de Letelier, e o recurso à repressão como política de Estado, outros acontecimentos põem em causa a estabilidade da Junta de Pinochet, desde sempre isolada face ao povo chileno e carente de base social de apoio. O afastamento do general Leigh, um dos homens da Junta, agora arredado das suas funções como membro da Junta e como comandante-chefe da Força Aérea, provocou a retirada voluntária de dez generais. A isto se junta o afastamento de oito outros generais de maior antiguidade do que Fernando Matthei, designado para substituir Leigh.

Esta realidade — que a Junta se esforça por ocultar repetindo a afirmação gratuita de que «a crise está ultrapassada» — dá-nos a medida das profundas dificuldades, também concretizadas nas cisões, que vive o fascismo chileno.

A crise em Santiago do Chile, significativamente acompanhada e agudizada pela luta contra a repressão, em particular contra os «desaparecimentos» (também nesta frente Sepúlveda está

incriminado) não atinge, porém, só este centro fascista na América Latina: o que está em jogo é a estabilidade dos regimes fascistas e reaccionários em todo o continente.

A República Dominicana foi outrora cenário de um golpe planeado e organizado pela CIA. A cidade de São Domingos viu as ruas invadidas pelos «marinheiros», enviados por Washington para «implantar a ordem». Recentemente, após um processo eleitoral extremamente tumultuoso, em que o Exército recorreu mesmo ao roubo armado de urnas quando tudo apontava já para a derrota governamental, foi eleito um presidente social-democrata, Antonio Guzman — facto que, independentemente da política que venha a ser praticada, demonstra desde já a vontade das massas de uma mudança, o repúdio popular da

ditadura. Significativamente, nestas eleições pôde participar o Partido Comunista Dominicano, recentemente legalizado. Entretanto, no tempo que media entre os resultados eleitorais e a tomada de posse do novo presidente, o ditador Balaguer envia ao Congresso projectos-lei tendentes a fortalecer o poder das Forças Armadas. É uma batalha que prossegue, mas abriu-se já uma brecha, incolmável, no poder da direita.

Na Nicarágua — governada há mais de 40 anos pela família Somoza, que assassinou mais de 50 mil pessoas e tem as prisões e os campos de concentração repletos de presos políticos — a luta contra a ditadura conheceu, nos primeiros meses deste ano, uma notável envergadura. Recentemente, um dos mais audaciosos ataques armados da Frente Sandinista de Libertação Nacional (formada há cerca de 15 anos) contra o quartel geral da Guarda Nacional, saiu-se em dois mortos e vários feridos. Regista-se, por outro lado, um significativo aumento de deserções da Guarda Nacional.

Na primeira volta das eleições, realizadas a 16 de Julho no Equador (a que se seguirá uma

segunda volta em Setembro), surge como candidato indiscutivelmente vitorioso o representante das Forças Populares e da Democracia Cristã, que preconiza um programa francamente progressista: o controlo estatal da indústria petrolífera e dos sectores estratégicos da economia, a expropriação ou nacionalização dos direitos e acções das empresas mistas, de autogestão ou privadas, sempre que não proporcionem a redistribuição racional dos lucros; a Reforma Agrária; a promoção das organizações populares; uma política externa de repúdio pelo colonialismo e o neocolonialismo, contra o uso da força nas relações entre países, o respeito da soberania nacional.

São exemplos — significativos — da luta crescente contra o fascismo na América do Sul e Central. Uma luta que passa também pelas manifestações (selvaticamente metralhadas pela polícia) dos camponeses guatemaltecos; pela organização das forças democráticas no Brasil; pela unidade de esforços contra a ameaça pinochetista na Argentina. E que vai arrancando o continente do peso odioso do fascismo.



Chile: um regime baseado na repressão. Hoje as rupturas passam também pelas forças encarregadas dessa repressão

Líbano: porquê o novo surto de violência?

Beirute ainda não conheceu um único dia sem violência desde 1 de Julho. O Sul do Líbano continua ocupado pelas milícias da direita, do Partido Falangista (Kataeb) de Pierre Gemayel e do Partido Nacional Liberal de Kamil Shamoun, e por tropas de Israel. As negociações entre as forças de paz e as milícias fascistas, apesar das promessas de deixar passagem livre ao corpo militar enviado pelo presidente do Líbano, não alteraram a situação.

O que se passa agora no Líbano não é fruto de confrontos ocasionais numa situação particularmente tensa. Foi pensado e preparado desde o início do processo de normalização que se intentou após a guerra civil de 75-76, que se saldou na derrota de uma extrema-direita que se preparava para destruir o povo palestino no Líbano e criar um poder de direita. Hoje as intenções são as mesmas de então: derrotar as forças patrióticas nacionais e destruir a resistência palestina no país.

Em Abril e começos de Maio grupos cristãos da direita provocaram em Beirute e nalgumas zonas montanhosas do país confrontos com as forças árabes de paz. Em fins de Junho, enquanto as forças árabes tentavam localizar e evitar os confrontos, as milícias da direita esforçaram-se

por alargar os combates — tentando atingir simultaneamente o governo do Líbano e as forças sírias integradas no corpo árabe de paz — enquanto estabeleciam o seu poder no Sul do país, na zona oriental de Beirute e noutros locais.

Um facto que é sistematicamente escamoteado e que demonstra bem quem são os responsáveis e os fomentadores da nova escalada de violência no Líbano: nos confrontos de Julho, que se prolongam por Agosto, não têm intervido, nem as forças nacionais patrióticas libanesas, nem os palestinos, face à evidente intenção da direita de transformar os confrontos em operações militares prolongadas arrastando o país para uma guerra civil, apadrinhada ostensivamente por Israel, e abrindo as portas à intervenção estrangeira.



A guerra civil é escandalosamente apadrinhada por Israel

Pelo contrário, as forças de esquerda no Líbano têm desenvolvido sérios esforços de unidade. As Forças Nacionais Patrióticas libanesas apelam à unidade de todos os patriotas, independentemente das suas convicções políticas e religiosas, para fazer fracassar os planos de divisão do país e uma nova tragédia nacional.

Neste contexto ressalta também o esforço da direita para apontar a Síria, com um contingente integrado nas forças árabes de paz, como o «invasor», versão fomentada simultaneamente pelas milícias fascistas libanesas, por Israel e por Washington, que suspendeu o auxílio externo a este país, por decisão da Câmara de Representantes. Uma pressão política que acompanha o esforço de

desviar as atenções dos verdadeiros responsáveis dos morticínios no Líbano.

A situação de tensão que se arrasta no Líbano está intimamente ligada à não resolução dos problemas fulcrais do Médio Oriente, em particular à urgente necessidade de criação de uma pátria para o povo palestino. Está ligada à posição assumida pelo Egipto, que estimula a escalada agressiva de Israel. Está ligada às pretensas soluções tentadas por Washington e ao seu clamoroso fracasso.

Os esforços empreendidos por Cyrus Vance, secretário de Estado norte-americano, para o reatamento de conversações directas entre o Egipto e Israel, estão votados ao fracasso. Waldheim, secretário-geral da ONU, em entrevista concedida à rádio austríaca, afirmou justamente: «As possibilidades de reavivar o diálogo são muito fracas».

O malogro dos planos de Washington está à vista. O que alimenta o perigo de uma nova escalada de violência no Líbano, o jogo do divisionismo entre as forças patrióticas e progressistas.

A unidade dessas forças pode — em contrapartida — impor, utilizando a derrota da política imperialista, a abertura dos caminhos de justa solução para os problemas do Médio Oriente, pode impor o caminho de Genebra.

EUA: que política externa 33 anos depois de Hiroshima?

Há 33 anos foram lançadas sobre duas cidades do Japão, Hiroshima e Nagasaki, as únicas bombas atómicas utilizadas como arma de guerra. Bombas lançadas por ordem de Washington numa acção criminosa que há quem considere o primeiro passo no período de guerra fria que o imperialismo impôs ao mundo após a Segunda Grande Guerra. 300 mil pessoas morreram devido aos bombardeamentos e pelo menos mais 370 000 sofrem ainda de sequelas das então síndromes.

Enquanto no Parque da Paz, em Hiroshima, 40 000 pessoas homenageavam as vítimas do bombardeamento norte-americano e eram acrescentados num pergaminho os nomes de mais 2179 vítimas recentemente identificadas, o presidente Carter dos Estados Unidos, discursando por ocasião da entrada ao serviço do cruzador nuclear "Mississippi", ameaçava com o aumento do poderio nuclear norte-americano, afirmando igualmente: "continuaremos também a enviar as nossas forças navais em missão de patrulha nas águas do mundo inteiro, de maneira a garantir a nossa própria segurança e a dos nossos aliados". É mais uma ameaça a inserir no quadro de uma política externa claramente agressiva e hostil ao reforço do indispensável clima mundial de coexistência pacífica.

A posição assumida por Carter harmoniza-se perfeitamente com a política que vem a ser seguida no que respeita às mais diversas questões internacionais. Os exemplos, considerando mesmo só os mais recentes, são múltiplos. No dia 2 deste mês a Câmara de Representantes norte-americana aprovou o levantamento das sanções económicas contra a Rodésia no fim do ano em curso, quando da concretização da fantechoada eleitoral promovida por Smith; a emenda sobre a questão rodésiana estava significativamente inserida numa série de emendas a um projecto de lei para o "auxílio" militar ao estrangeiro, no valor de mil milhões de dólares. O Conselho das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais (UNESCO), na sua reunião de dia 4 em Genebra, aprovou uma resolução que solicita aos países membros que deixem de fornecer petróleo e suspendam os investimentos à África do Sul; no entanto os EUA, a Grã-Bretanha, a França e a RFA votaram contra. No início deste mês a Câmara de Representantes dos EUA, revogando uma decisão anterior, decidiu que continue o envio de armas para o Chile. Os EUA e o Egipto assinaram, há dias, um contrato pelo qual serão fornecidos 50 caças a jacto norte-americanos ao Egipto, o que se insere num plano de venda de aparelhos de combate também à Arábia Saudita e a Israel (beneficiando ostensivamente estes dois últimos países).

A política externa de Washington, política agressiva e de claro apoio às forças mais reaccionárias dos diversos países e zonas do mundo, seguida com preocupação por todas as forças progressistas, é também profundamente contestada em diversos sectores políticos do mundo capitalista. Na RFA e na França, mesmo a nível governamental, põe-se em causa a campanha anti-soviética acobertada pela pretensa defesa dos direitos do homem; a imprensa britânica critica a política de vertiginosa queda do dólar e a política energética; os meios políticos dirigentes japoneses contestam a política económica de Washington; a Itália condena a descarada ingerência na sua vida interna de bloqueio à participação de comunistas no governo; o Líbano teme que os EUA tolem e fomentem a violência neste país para conquistar outras posições na zona. Uma excepção, — e significativa — a China, que se congratula com uma política externa que se coaduna harmoniosamente com os seus planos de unidade antisoviética, de braço dado com o imperialismo.

Divisão da esquerda: a quem serve?

No dia 25 de Junho, o povo islandês votou por um governo de esquerda, por uma política que pudesse arrancar o país da crise económica e lhe abrisse novas perspectivas de vida. 28 dos 60 lugares do Parlamento são agora ocupados pela esquerda islandesa — o Partido Social-Democrata e a Aliança Popular, o que representa um aumento de 12 lugares em contraposição à perda de 10 lugares dos conservadores e liberais que detinham o poder.

A NATO temeu pela base norte-americana de Keflavik, encravada em território islandês, cujo encerramento é exigido pela Aliança Popular. Os problemas, entretanto, saltam aos olhos, a demonstrar a ineficácia da política do capital: uma aguda crise económica, a ameaça de desemprego que pesa sobre milhares de trabalhadores das pescas (a pesca constitui a base da economia islandesa), a recusa governamental de aumentos salariais que ultrapassem a compensação da inflação.

O povo islandês votou na esquerda, por uma nova política. Mas terá muito provavelmente o mesmo governo que ainda há dias repudiou. A unidade entre partidos de esquerda não foi possível. A coligação de conservadores e liberais ensaia a formação de um novo governo que não irá resolver — ao persistir na política anterior — nenhum dos problemas da Islândia. E assentará na instabilidade política derivada de uma base social e parlamentar em contracção.

Em Itália numa entrevista ao jornal de esquerda "La Repubblica", Enrico Berlinguer, secretário-geral

do Partido Comunista Italiano, acusou alguns dirigentes do Partido Socialista de pensarem apenas em votos e copriberem, entretanto, para a divisão da esquerda italiana, afirmando: "Se os socialistas ficarem mais fortes a esquerda naturalmente fica mais forte, mas se tentarem dividir a esquerda em dois pedaços, então cada um deles ficará mais fraco".

A Itália pode justamente ser apontada como um exemplo de como não é possível ultrapassar a crise política e económica com governos de direita, de como não é possível seguir o caminho da democracia sem os comunistas ou contra os comunistas. A sucessiva queda de governos coexiste com uma crise económica crónica. A divisão da esquerda só contribuiria para agravar ainda mais a situação, afastando a única possibilidade de superação da crise: um governo com as forças de esquerda.

A Itália e a Islândia vivem naturalmente situações políticas diferentes. Mas em ambos os casos ressalta a incapacidade dos partidos que representam os interesses do capital de resolver qualquer dos problemas do país, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores que a sua política acarreta, o arrastar da crise política ed económica. Em ambos os casos a crescente vontade popular de mudança, expressa em eleições, não tem a sua concretização prática num novo governo, numa nova política. Em ambos os casos a unidade de esquerda é um elemento essencial para que a política exigida pelas massas trabalhadoras seja possível.

Breves notícias

● As «cedências» do Xá do Irão — Num recente discurso difundido por ocasião do 72.º aniversário da instauração da Monarquia Constitucional no Irão, o Xá afirmou: «concederemos liberdade política como nos países democráticos europeus». Todavia ressaltou logo de seguida tais intenções, avisando que seriam impostos «limites de uso». Liberdade sim, mas apenas a que o Xá entender e... permitir. De imediato duas coisas se

podem inferir do discurso do Xá: primeiro, que a sua noção de liberdade, mau grado o exemplo inspirador dos tais países democráticos europeus, é algo que tem apenas a ver com os princípios feudais que regulavam as relações entre os senhores e os servos, o que não surpreende ninguém, vindo de quem vem; segundo, e mais importante, que o Xá se vê forçado a prometer concessões, o que só acontece quando a luta dos povos pela

liberdade e a sua resistência à opressão se tornam insustentáveis para os tiranos que as enfrentam. E isto sim, é de reter, pelo significado social que comporta.

Para além da repressão que enche os cárceres e violenta brutalmente o povo iraniano (neste país, onde o povo vive miseravelmente, existe um vasto corpo de Polícia equipado ao mais alto nível e umas FAs que não param de crescer, numérica e tecnologicamente) o regime ditatorial do Xá não hesita em utilizar meios extremos para reprimir o que chama a «subversão» e a «traição nacional».

Em Fevereiro último e durante o serviço fúnebre pela morte de um chefe religioso de Tabriz, o Ayatollah Xeihe Ahmad Kafi, que pereceu vítima dum acidente de viação, eclodiram violentos motins que se saldaram em 40 mortos e mais de uma centena de feridos. Foi o princípio da escalada de violência e os motins foram-se sucedendo ciclicamente, levando o Exército a intervir, a tal ponto a situação se deteriorara e estava abalando os alicerces do regime.

Em neste enquadramento que surge o discurso do Xá, falando

em liberdade, e sobretudo, prometendo reformas, coisa que, ainda não há muito tempo, lhe pareceria um absurdo. O Xá cedeu, se bem que apenas a nível de promessas. Por enquanto. Tempos virão em que terá de ceder muito mais.

● Capitalismo e socialismo: duas realidades, em números oficiais — Segundo estatísticas oficiais, o desemprego nos EUA diminuiu ligeiramente no último mês, abrangendo agora 5 milhões e 800 mil pessoas, isto é, 5,7% da população activa. Estas estatísticas não compreendem o subemprego e não referem as diferenças entre a maioria e as minorias raciais (como se sabe, o desemprego entre os negros é muito maior que entre os brancos). Mas enquanto o desemprego diminui, os preços subiram, em especial nos produtos alimentares que, só num mês, tiveram uma alta de 1,17%. Entretanto, na Grã-Bretanha, segundo a estatística mensal do Ministério do Emprego, este país voltou a ter mais de milhão e meio de desempregados, o que corresponde a 6,6% da população activa.

Na União Soviética, segundo dados da Direcção de

Estatísticas, o salário mensal dos operários e empregados no primeiro semestre deste ano foi de 159,3 rublos, ou seja, um aumento de 3,4% em relação ao primeiro semestre de 1977. A remuneração dos kolchosianos elevou-se em 5%, mantendo-se entretanto todas as regalias sociais, tais como a assistência social gratuita, as reformas actualizadas, rendas de casa que não são superiores a 4% dos salários e a educação e o ensino totalmente gratuitos. Quanto ao desemprego é coisa que não existe há muitos anos na União Soviética. Faltas, só de mão-de-obra.

● O embargo de armas à Turquia — Os EUA resolveram levantar o seu «embargo» de armas à Turquia, decisão que levantou muita celeuma e justificada apreensão por parte de Chipre. Na verdade, se bem que os EUA nunca tivessem deixado de enviar armamento à Turquia, canalizando os seus fornecimentos pela NATO, esta decisão tem repercussões políticas (ela própria é uma decisão política).

Chipre foi ocupada pela Turquia em 40% do seu território, na sequência de

manobras imperialistas que habilmente exploraram a existência de duas comunidades na ilha — a grega e a turca. Isto em 1974. Desde então tudo se tem avançado na busca duma solução correcta para o problema que, sublinhe-se, surgiu apenas porque o imperialismo não quer abdicar desta zona como seu protectorado — terra disponível para as bases militares indispensáveis à sua pretensão agressiva de hegemonia estratégica no Mediterrâneo.

Todavia o embargo de armas que os EUA impuseram, oficialmente, ao invasor turco, «salvou» na altura a face norte-americana que, assim, «mostrou» não estar envolvida na operação agressora e, por outro lado, refreou as pretensões anexasoras da Turquia em relação a Chipre. E agora surge o levantamento do «embargo». Exactamente quando as negociações pacíficas para o conflito estavam em bom andamento. Exactamente quando todas as partes envolvidas — Turquia, Chipre e Grécia — já tinham manifestado o seu desejo de resolver o problema justa e definitivamente. E esclarecedor.

6 DE AGOSTO DE 1945 ÀS 8^h 17^m 15^s

«Meu Deus. Que fizemos?»

Nome de código: "projecto Manhattan". Foi sob a capa de este nome aparentemente inofensivo que o imperialismo americano preparou um dos mais pavorosos dias da História da Humanidade. Sob esta denominação entre 1939 e 6 de Agosto de 1945, um grupo de cientistas trabalhou secretamente sob os ordens do exército americano para a produção das três primeiras bombas atómicas.

E nesse dia 6 Agosto de 1945, às 2 horas e 45 minutos, um bombardeiro B-29, da Força Aérea dos Estados Unidos, descolou da ilha de Tinian, no arquipélago das Marianas. No interior do avião de guerra, comandado pelo coronel Paul Tibbets Júnior, para além da tripulação, seguia um objecto de quatro metros e vinte e cinco centímetros de comprimento, um metro e meio de diâmetro e quinhentos quilos de peso — o seu nome: "Little Boy" (rapazinho). Outro nome inofensivo que escondia a próxima morte imediata de mais de 200.000 seres humanos e mais mortes que ainda hoje, passados que são 33 anos, ocorrem.

Foi às 8 horas, 17 minutos e 15 segundos desse dia 6 de Agosto de 1945 que accionada por mãos humanas, uma bomba fez varrer do mapa uma cidade inteira, a cidade japonesa de Hiroshima. Quatro dias mais tarde, o Japão anunciava a sua disposição de se render incondicionalmente.

Os imperialistas japoneses mantinham-se ainda em guerra contra as forças aliadas, depois da derrocada dos nazis alemães em Maio desse ano. Para três ficavam milhões de mortos, milhares de cidades destruídas. Em numerosos países — sobretudo naqueles que mais sofreram com a ocupação e a ofensiva nazi — as tarefas de reconstrução mobilizavam já as populações.

O argumento da bomba

O Exército Vermelho, na sua contra-ofensiva gloriosa,

expulsara as forças nazis do território da URSS e, conjuntamente com as forças patrióticas de vários países da Europa Central, empurrara o arrogante exército de Hitler até Berlim, capital do III Reich. A 8 de Maio de 1945, a bandeira soviética flutuava já no edifício do Reichstag. A contra-ofensiva soviética colheira de surpresa não só os nazis, mas também as próprias "forças aliadas". O povo soviético, mercê do seu imenso amor à terra-pátria, conseguia não só opor-se sozinho à agressão dos facistas alemães mas também mudar decisivamente o rumo da guerra.

Aproximava-se a data da Conferência de Potsdam, que reuniria nesta cidade alemã os máximos responsáveis da URSS, dos EUA e da Grã-Bretanha. Truman, presidente dos EUA, insistia para que a data dessa Conferência fosse o dia 15 de Julho. Truman deixara os Estados Unidos a bordo de um barco de guerra e chegou a Potsdam na tarde do dia 15 de Julho.

As razões desta insistência de Truman seriam depois conhecidas: nesse dia, em Alamogordo, no Novo México, a bomba atómica era pela primeira vez testada com êxito. Para uma conferência onde, depois de mais de cinco anos de devastadora guerra, se iam discutir os rumos da política internacional, Truman amava-se com o "argumento" da bomba atómica. Atitude que, desde então, tem marcado os rumos da política externa do imperialismo americano.

A medida que as sessões da conferência ia decorrendo, relatórios cada vez mais complexos sobre a potência da bomba atómica chegavam às mãos do Presidente dos EUA. Neles, se precisava que a energia produzida pela nova arma equivalia à de uma bomba de 15 ou 20 mil toneladas de TNT. E o autor do relatório, o general Leslie Groves (chefe do "projecto Manhattan"), acrescentava

que se tratava, mesmo assim, de um avanço... "conservadora".

O "projecto Manhattan"

No início de 1939, os jornais americanos noticiavam pela primeira vez que os nazis alemães tinham conseguido desintegrar o átomo. A ameaça era inquietante: os nazis preparavam-se para dispor, a breve prazo, de uma arma de poder incontrolável.

As fontes em que os jornais americanos se basearam para a publicação dessas notícias eram revelações de cientistas alemães e italianos que tinham logrado escapar ao nazi-fascismo.

Além de ter informado os jornais, esse grupo de cientistas refugiados incumbiu Albert Einstein de escrever uma carta a Franklin Roosevelt — então presidente dos EUA — alertando-o para a possibilidade de os nazis alemães poderem dispor, a breve prazo, de uma bomba atómica.

Nessa carta, afirmava Einstein a dado passo:

"Entendo para mim que a Alemanha interrompeu actualmente a venda de urânio das minas da Checoslováquia, das quais se apoderou após a ocupação daquele país. Uma tal acção por parte do referido país pode estar relacionada com o facto de que o filho do subsecretário de Estado alemão, von Wiersacker, ter sido posto ao serviço do Instituto Kaiser Wilhelm, de Berlim, onde se trabalha actualmente em tarefas semelhantes às que se realizam na América do Norte relativamente ao urânio."

Com efeito, nessa mesma carta, Einstein referia-se aos estudos que já então se desenvolviam em território americano e que tinham por objectivo transformar o urânio numa fonte de energia.

A partir de Dezembro de 1942, sob a responsabilidade directa do Exército, tais estudos passaram a nova fase. Era a concretização do "projecto Manhattan", dirigido pelo general Leslie R. Groves. Em Fevereiro de 1943, trabalhavam já no laboratório especial de Los Alamos

numerosos cientistas tais como J. Robert Oppenheimer, Enrico Fermi e outros.

Destruição do projecto nazi e concretização da bomba do imperialismo

Entretanto, na Alemanha nazi, os trabalhos com vistas à produção da bomba atómica prosseguiram aceleradamente. Numa fábrica localizada em Rjukan, na Noruega ocupada pelas forças de Hitler e sob a supervisão directa de Albert Speer, ministro dos Armamentos e Munições do III Reich, os cientistas nazis trabalhavam activamente na produção de "água pesada", necessária à produção da bomba atómica. Mas, em 27 de Fevereiro de 1943, um comando de sabotadores noruegueses, integrado nas forças aliadas penetra na fábrica alemã e consegue destruí-la.

Num deserto do Novo México, em Alamogordo, começou em 12 de Julho a ser montada a primeira bomba atómica — o tal "argumento"

que Truman levaria para a Conferência de Potsdam. "Homem Gordo", tal foi o nome que puseram à primeira bomba atómica colocada no dia seguinte no topo de uma torre de 100 metros.

Na madrugada do dia 16 de Julho, um tremendo clarão envolveu o deserto de Alamogordo. Uma luz que alguns dos presentes classificaram como "abrasante, de intensidade muitas vezes maior que a do sol do meio-dia" patenteava um poder de destruição até então incalculável. Pela primeira vez na atmosfera da terra formava-se a sinistra e mortífera nuvem radioactiva em forma de cogumelo.

O inferno de Hiroshima e Nagasaki

O argumento da bomba, que Truman — que entretanto substituiu Roosevelt na presidência dos EUA — pretendia utilizar em

Potsdam não resultaram efeito, perante a firmeza demonstrada pelos representantes da União Soviética, ali em Potsdam, como no passado, como desde

então, perante as ameaças, mesmo as mais sinistras, do imperialismo.

Entretanto, logo depois da bomba experimental ter rebentado, os especialistas embrenharam-se na tarefa da construção da segunda bomba atómica, a que viria a ser lançada sobre Hiroxima.

Na Ásia, as tropas americanas, sob o comando do general MacArthur, preparavam-se para derrotar as forças nipónicas, remetidas ao território japonês. E então que Truman decide lançar a bomba atómica, mesmo contra o parecer de alguns dos seus estrategas militares, preocupados com o impacto que tal acto poderia ter na opinião pública mundial.

Para o lançamento dessa bomba, e da outra, dias depois sobre Nagasaki, é constituída uma unidade especial de 1.500 homens, sob o comando do coronel Paul Tibbets Júnior. Essa unidade — o 509.º Grupo — dispunha ainda de 15 bombardeiros B-29, um esquadrão de transporte, uma companhia da Polícia Militar e um destacamento terrestre.

Desde Fevereiro de 1945 que o 509.º Grupo começou a efectuar exercícios especiais, até que em Abril foi transferido para o arquipélago das Marianas, de onde o B-29 "Enola Gay" descolou às 2 horas e 45 minutos do dia 6 de Agosto de 1945 para a sua missão.

O que se passou naquele dia em Hiroshima é indescrevível. Depois da luz abrasante e de uma explosão medonha, fez-se escuridão total; num raio de mil metros, toda a vida foi destruída instantaneamente; por toda a cidade era o inferno tomado realidade — mais de 10.000 edifícios foram transformados em pó, 200.000 pessoas morreram imediatamente e as restantes 150.000 enlouqueciam com a dor!

Pouco depois, a base militar da marinha nipónica localizada perto de Hiroxima informava os altos-comandos que a cidade tinha sido aniquilada "por uma só bomba".

Não tinha sido, de facto, um bombardeio normal, mas uma bomba diferente das até então utilizadas. Isso mesmo o pôde verificar um oficial do Estado-Maior japonês que nesse mesmo dia sobreviveu Hiroshima: "Como militar, estou habituado a verificar os efeitos de um bombardeio. Mas aquele era um espectáculo diferente. Não ficara um só traço urbano no deserto que se estendia sob os nossos olhos. Tal foi a minha primeira impressão. Em Hiroshima tudo estava achatado, todas as ruas estavam cobertas de escombros".

As 8 horas, 17 minutos e 15 segundos de 6 de Agosto de 1945, Hiroshima tinha deixado de existir. A última pessoa a poder ver a cidade-mártir foi o major Tom Ferebee, encarregado do visor, quando, às 8 horas e 14 minutos, a enquadrou na mira. Três minutos e quinze segundos depois, Hiroshima morria; alguns anos depois, o militar americano morria louco.

A Humanidade, depois de seis pavorosos anos de guerra, acordava nessa manhã para um pesadelo materializado no "cogumelo atómico". E desde logo, a humanidade começou a repudiar o crime pavoroso da Hiroshima e de Nagasaki, através das vozes de numerosos cientistas — incluindo muitos dos que participaram no fabrico da bomba atómica — de especialistas militares.

O próprio chefe do Estado-Maior da Marinha norte-americana, almirante Leahy, declarava pouco depois que o emprego "dessa arma bárbara" não tinha tido qualquer utilidade! "O horror da condenação do que se passou em Hiroshima, há 33 anos já tinha sido, porém, traduzido em termos lacónicos a bordo do "Enola Gay" pelo capitão Robert Lewis, co-piloto do bombardeiro que, vindo lá em baixo o cogumelo de fogo e de morte elevar-se muitas centenas de metros acima do solo destruído de Hiroshima, apenas conseguiu murmurar: "Meu Deus, que fizemos!"



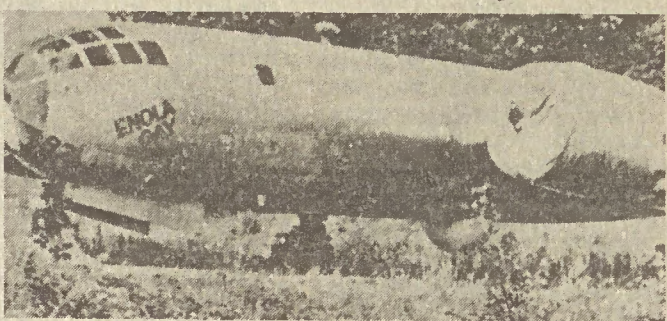
Albert Einstein foi quem alertou o Presidente dos Estados Unidos para os avanços nazis na preparação da bomba atómica



O general Leslie Groves, responsável máximo pelo "projecto Manhattan"



Um tremendo clarão, logo seguido do rugido profundo da explosão; uma luz abrasante, de intensidade muitas vezes superior ao sol do meio-dia; uma bola de fogo que passa gradualmente do branco ao amarelo e ao púrpura, para depois se transformar numa estranha nuvem em forma de cogumelo



Foi a bordo deste bombardeiro B-29 que foi transportada a bomba atómica lançada sobre Hiroshima



Esta maqueta de plástico reproduz fielmente a destruição causada em Hiroshima pela bomba atómica



Ainda nos nossos dias há homens que sofrem os efeitos das radiações mortais da bomba lançada há 33 anos sobre Hiroshima e Nagasaki

Da bomba atómica de Hiroshima à bomba de neutrões: o imperialismo aperfeiçoa a «tecnologia da morte»!

Terror-anschlag auf den Frieden:



A bomba de neutrões herdou da bomba atómica lançada em Hiroshima um incontrolável poder destruidor — mata mais, mas conserva intacto tudo o que não for matéria viva. Por isso, o imperialismo que a fabrica e os círculos reacçãoários internacionais que a defendem lhe chamam "a bomba limpa".

Os círculos imperialistas que, desde Hiroshima e ano após ano, têm vindo a "refinar" aquilo a que se poderá chamar a «tecnologia da morte», não cessam de tentar mostrar as «virtudes» da bomba de neutrões: destrói apenas a vida humana, deixa intactos os bens materiais, o seu custo é relativamente baixo em comparação com os outros instrumentos dos seus arsenais nucleares, o seu manuseamento é relativamente simples.

O imperialismo mostra bem, deste modo, o seu carácter verdadeiramente agressivo e o seu total desprezo pela vida humana. Tal como em Hiroshima e Nagasaki, o imperialismo e o militarismo não olham a meios para imporem os seus pontos de

vista para perpetuarem o seu domínio.

Uma bomba «limpa» ou as mãos sujas?

A bomba de neutrões difere da «clássica» bomba que destruiu Hiroshima. Enquanto nesta, após a deflagração, a energia se difundia quase instantaneamente, destruindo por completo os edifícios num raio muito grande ao mesmo tempo que matava ou enterrava vivos os habitantes da zona, a deflagração da bomba de neutrões provoca uma libertação muito mais lenta de energia. Este aspecto faz que, verificando-se o mesmo tipo de reacções nucleares das bombas atómicas tradicionais, os efeitos perdurem ao longo de um período de tempo muito maior.

Segundo cálculos já efectuados e que constituem um verdadeiro alerta a toda a humanidade, na sua deflagração, a bomba de neutrões destrói os prados num raio de 200 metros; até 800 metros, os seres vivos são

paralisados em cinco minutos e morrem nas 48 horas seguintes; até mil metros, a morte sobrevém de quatro a seis dias depois; até 1200 metros, as possibilidades de sobreviver são muito reduzidas; até 1400 metros, as radiações neutrónicas matam 50 por cento da população.

Não matando instantaneamente fora do ponto de explosão, a bomba de neutrões provoca porém uma agonia terrível que pode durar dias, meses, ou até anos. É a este instrumento dantesco de morte que o imperialismo — que matou 200.000 pessoas em Hiroshima e deixou a agonizar lentamente mais de 150.000 — chama «a bomba limpa»!

Em nome de Hiroshima em nome da vida!

O fabrico e a utilização, há 33 anos, da bomba atómica, apanhou a Humanidade, de surpresa; foi por parte do imperialismo americano um verdadeiro desafio à paz e à consciência dos povos de todo o mundo.

Hoje, a consciência mundial

vive alerta. Hiroshima e Nagasaki, os bombardeamentos massivos sobre o Vietname não são apenas meras recordações, mas exemplos bem vivos daquilo que a Humanidade mais repudia: a destruição da vida humana.

É por isso que, em nome da vida, cada vez mais povos do mundo inteiro dizem não à bomba que os militaristas do Pentágono pretendem introduzir na Europa.

A bomba de neutrões é uma ameaça à paz e ao desanuviamento internacionais. A sua produção em série, desejada pelos militaristas do Pentágono, constituiria uma ameaça permanente à Humanidade, que se verá lançada numa imparável corrida aos armamentos de morte cada vez mais sofisticados.

Os povos de todo o mundo amantes da paz e, na vanguarda, os povos dos países socialistas trabalham activamente para impedir novas Hiroshimas.

A atitude de firmeza dos países socialistas e, em



particular da União Soviética, perante os cada vez mais graves riscos de uma guerra nuclear generalizada têm vindo a constituir um poderoso factor de dissuasão face aos maneios do imperialismo. Também aqui, a superioridade

de moral do sistema socialista sobre o sistema capitalista é notório e tanto mais se tivermos em conta que nunca o socialismo provocou qualquer catástrofe como o imperialismo em Hiroshima, e em Nagasaki.